

Intervenção municipal na educação em Portugal (2000-2024): uma análise crítica a partir do mapeamento de teses e dissertações

Municipal intervention in education in Portugal (2000–2024): a critical analysis based on the mapping of theses and dissertations

Intervención municipal en la educación en Portugal (2000-2024): un análisis crítico a partir del mapeo de tesis y disertaciones

Catarina de Ascensão Nascimento Rodrigues^{*}

 <https://orcid.org/0000-0001-9039-3052>

Andreia Gouveia^{**}

 <https://orcid.org/0000-0003-1853-9453>

António Augusto Neto-Mendes^{***}

 <https://orcid.org/0000-0002-6449-5773>

Resumo: Este artigo analisa a literatura cinzenta produzida em Instituições de Ensino Superior portuguesas sobre a intervenção municipal na educação, composta por 172 teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado, defendidas entre 2000 e 2024, com o objetivo de mapear, caracterizar e interpretar os sentidos construídos em torno da governação educativa local. Em um contexto marcado por avanços e recuos nos processos de descentralização, o estudo procura compreender não apenas os temas investigados, mas também os enquadramentos discursivos e as legitimidades atribuídas à ação do município. O estudo assume um desenho descritivo, longitudinal e interpretativo, que combina análise estatística descritiva das variáveis institucionais e disciplinares com análise temática e discursiva dos resumos, enquanto artefactos científicos. Os resultados evidenciam o crescimento da produção ao longo do período analisado, a concentração institucional e territorial em determinadas universidades, o predomínio de abordagens qualitativas e a centralidade das Ciências da Educação. No plano discursivo, identifica-se uma representação ambivalente

^{*} Investigadora não doutorada no Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF). Doutoranda no Programa Doutoral em Educação, ramo: Administração e Políticas Educacionais, no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. *E-mail:* <canrodrigues@ua.pt>.

^{**} Professora Auxiliar Convidada no Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro e investigadora doutorada no Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. *E-mail:* <andreiagouveia@ua.pt>.

^{***} Investigador doutorado no Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF), Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro. *E-mail:* <amendes@ua.pt>.

do município, simultaneamente concebido como espaço de inovação e agência política e como instância condicionada por mecanismos de regulação centralizada. Conclui-se que, além da identificação de lacunas temáticas e metodológicas, a literatura selecionada expõe um campo caracterizado por tensões entre autonomia local e controlo central, indicando a necessidade de diversificação analítica e aprofundamento dos estudos sobre impactos e escalas intermédias de governação educativa.

Palavras-chave: Governação educacional. Intervenção municipal. Literatura cinzenta.

Abstract: This article examines grey literature produced in Portuguese Higher Education Institutions on municipal intervention in education, consisting of 172 Doctoral theses and Master's dissertations defended between 2000 and 2024, with the aim of mapping, characterizing, and interpreting the meanings constructed around local educational governance. In a context marked by advances and setbacks in decentralization processes, the study seeks to understand not only the topics addressed but also the discursive frameworks and forms of legitimacy attributed to municipal action. The study adopts a descriptive, longitudinal, and interpretive design, combining descriptive statistical analysis of institutional and disciplinary variables with thematic and discourse analysis of abstracts as scientific artefacts. The results reveal an increase in academic production over the period analyzed, as well as institutional and territorial concentration in specific universities, a predominance of qualitative approaches, and the centrality of Education Sciences. In the discursive realm, an ambivalent representation of the municipality emerges, simultaneously conceived as a space of innovation and political agency and as an entity constrained by mechanisms of centralized regulation. It is concluded that, in addition to identifying thematic and methodological gaps, the selected literature exposes a field characterized by tensions between local autonomy and central control, indicating the need for analytical diversification and deepening studies on impacts and intermediate scales of educational governance.

Keywords: Educational governance. Municipal intervention. Grey literature.

Resumen: Este artículo analiza la literatura gris producida en Instituciones de Educación Superior portuguesas sobre la intervención municipal en la educación, que incluye 172 tesis doctorales y disertaciones de maestría defendidas entre 2000 y 2024, con el objetivo de mapear, caracterizar e interpretar los significados construidos en torno a la gobernanza educativa local. En un contexto marcado por avances y retrocesos en los procesos de descentralización, el estudio busca comprender no solo los temas investigados, sino también los marcos discursivos y las legitimidades atribuidas a la acción municipal. El estudio adopta un diseño descriptivo, longitudinal e interpretativo, que combina análisis estadístico descriptivo de variables institucionales y disciplinarias con análisis temático y discursivo de los resúmenes como artefactos científicos. Los resultados evidencian el crecimiento de la producción a lo largo del período analizado, la concentración institucional y territorial en determinadas universidades, el predominio de enfoques cualitativos y la centralidad del campo de las Ciencias de la Educación. En el ámbito discursivo, se identifica una representación ambivalente del municipio, concebido simultáneamente como un espacio de innovación y agencia política y como una instancia condicionada por mecanismos de regulación centralizada. Se concluye que, además de la identificación de vacíos temáticos y metodológicos, la literatura analizada pone de manifiesto un campo caracterizado por tensiones entre la autonomía local y el control central, lo que indica la necesidad de diversificación analítica y de profundización de los estudios sobre impactos y escalas intermedias de la gobernanza educativa.

Palabras clave: Gobernanza educativa. Intervención municipal. Literatura gris.

Introdução

A História da Educação tem-se consolidado como um campo interdisciplinar e dinâmico, aberto à diversidade de objetos de estudo, temporalidades e escalas de análise. Vários autores mostram que houve um progresso na valorização do local, em um contexto marcado pela emergência dos municípios enquanto objetos e sujeitos de análise, reconhecidos não apenas como meros executores de decisões centralizadas, mas como agentes históricos, políticos e educativos capazes de produzir sentidos no campo das políticas públicas (Magalhães, 2014, 2017, 2019; Magalhães; Adão, 2014).

Só após a instauração do regime democrático, em abril de 1974, é que, em Portugal, se estabeleceram condições para a afirmação do poder local e se ensaiaram novas formas de descentralização (Gonçalves; Sebastião; Capucha, 2024), impulsionadas quer pela aprovação da Constituição da República Portuguesa, em 1976 (Portugal, 1976), quer pela publicação da primeira Lei das Finanças Locais, em 1977. Desde esse momento, especialmente no que se refere à evolução do papel dos municípios na administração e gestão local da educação, ocorreram mudanças legislativas e institucionais que, entre avanços e recuos, se concretizaram em processos de transferência de responsabilidades e recursos que retratam um processo de descentralização lento e complexo (Formosinho; Machado, 2013; Pinhal, 2012).

Neste período, é importante lembrar o processo de assistência financeira internacional a Portugal (2011-2014), iniciado com o resgate financeiro em 2011, que, em um contexto de grande austeridade financeira, marcou um ponto de viragem no processo de descentralização (Teles, 2021). Apesar da existência de marcos legislativos importantes¹ que procuraram avançar no processo de descentralização, este período, que se prolongou para além dessa intervenção externa, representou, na prática, um recuo.

As tentativas de descentralização, de territorialização e os processos de transferência de competências para as autarquias locais e para as escolas foram progressivamente desafiando cenários centralizadores, amplamente cristalizados no sistema educativo, divergindo quanto à partilha de responsabilidades, recursos, prioridades e formas de cooperação e de gestão local da educação (Oliveira, 2025).

Embora os municípios assumam um papel fundamental no sistema educativo, enquanto atores-chave em matéria de planeamento, gestão e regulação da educação ao nível local, atuando como intermediários entre as políticas nacionais e as necessidades locais (Magalhães, 2019; Neto-Mendes, 2024; Pinhal, 2012), ou enquanto lugares de definição e execução das políticas educativas (Barroso, 2014), eles continuam a enfrentar tensões e desafios, fruto de pressões demográficas e económicas, da procura de sustentabilidade e equidade e, sobretudo, da necessidade de reconfigurar a relação entre Estado central, autarquias e sociedade civil (Flores, 2025; Teles, 2021).

Atualmente, apesar do crescimento significativo de estudos e reflexões sobre os contextos de intervenção dos municípios na educação, uma parte importante do conhecimento académico

¹ A partir da década de 1990, são marcos legislativos importantes para o processo de descentralização, entre outros, a Lei n.º 159/1999, de 14 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais (Portugal, 1999a), e a Lei n.º 169/1999, de 18 de setembro (Portugal, 1999b), na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro (Portugal, 2002), que atribuem aos municípios competências relacionadas com os Conselhos Locais de Educação (CLE) e a Carta Escolar; o Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio (Portugal, 1998), que aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos seus agrupamentos, atribuindo aos municípios várias competências, nomeadamente na organização da oferta local e na direção dos estabelecimentos de ensino; o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro (Portugal, 2003), relacionado com o ordenamento da rede educativa, a alteração da designação do CLE para Conselho Municipal de Educação e da Carta Escolar para Carta Educativa; o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril (Portugal, 2008a), que estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, e o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 14 de setembro (Portugal, 2008b), que contempla transferências de competências para os municípios, em matéria de educação do ensino básico; a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Portugal, 2013), que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico; o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro (Portugal, 2015), que estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais; a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Portugal, 2018), que estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias e para as entidades intermunicipais; e o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma setorial que concretiza o quadro de competências no domínio da educação (Portugal, 2019).

permanece dispersa, sobretudo na literatura cinzenta². Esta dispersão revela a necessidade de análises sistemáticas que integrem, interpretem e consolidem essa produção, permitindo compreender de que modo a intervenção municipal tem sido observada, representada e problematizada em teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado, como parte essencial da investigação no campo científico português³.

Neste contexto, propõe-se apresentar um mapeamento longitudinal, temático e discursivo, a partir de resumos de teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado publicadas em Instituições de Ensino Superior portuguesas que, entre 2000 e 2024, analisam contextos de intervenção municipal na educação em Portugal. Este trabalho estrutura-se em torno de três questões principais:

1. Como é que a intervenção dos municípios na educação tem sido tematizada e representada em teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado enquanto parte da produção académica portuguesa (2000 a 2024)?
2. Que regularidades, tendências e lacunas se observam na distribuição temática, institucional e territorial dessa produção?
3. Que regularidades discursivas, tensões e omissões configuram o modo como a governação educativa local é concebida e representada no campo académico português?

O estudo procura contribuir para uma leitura crítica e sistematizada de uma parte importante da produção académica nacional, permitindo compreender como esta é responsável pela construção do conhecimento sobre a governação educativa local⁴, que discursos e enquadramentos são privilegiados e que tensões ou omissões persistem no modo como a ação municipal é inscrita neste debate científico sobre educação.

A análise é conduzida, do ponto de vista metodológico, a partir da utilização exclusiva de resumos e metadados de teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado, procurando responder às três questões de investigação. Os resumos são analisados como artefactos académicos que sintetizam a orientação conceptual, metodológica e empírica dos estudos, enquanto os metadados condensam informação de contexto, nomeadamente autoria, Instituição de Ensino Superior, área científica, palavras-chave e ano de submissão ou defesa dos trabalhos que compõem o *corpus*. O cruzamento sistemático entre esses dois tipos de informação, o discursivo, presente nos resumos, e o descritivo, contido nos metadados, possibilita uma leitura conjunta de contextos disciplinares, institucionais e territoriais mais amplos que moldam este tipo de produção académica sobre a temática.

Apesar de esta opção trazer consigo um conjunto de limitações interpretativas, o presente estudo contribui para uma compreensão sistematizada de como uma parte importante da produção do campo académico português, materializada nas teses e dissertações analisadas, constrói conhecimento sobre a governação local da educação, identificando regularidades discursivas que estruturam esse campo, omissões que persistem e tensões subjacentes à representação da ação municipal na educação em Portugal, durante o período em análise.

² Teses de Doutoramento, dissertações de Mestrado, livros de atas (congressos e/ou encontros científicos) ou outros documentos oficiais de entidades como, por exemplo, o Conselho Nacional de Educação (relatórios, pareceres, etc.).

³ Considerando que a investigação científica constitui um campo de construção de sentidos políticos e simbólicos, é fundamental compreender como esses discursos, produzidos na academia, abordam, representam ou omitem estes contextos locais de intervenção municipal na educação.

⁴ Entendida como um processo relacional e multinível, cabendo aos municípios um papel de mediação entre a regulação central e as práticas educativas territoriais.

Metodologia

A presente secção apresenta as opções metodológicas que sustentam o estudo, organizando-se em três dimensões complementares: o desenho e a natureza da investigação, a constituição do *corpus* e os critérios de inclusão, e os procedimentos de análise adotados. Esta estrutura permite explicitar, de forma articulada, as etapas de construção do *corpus* e as estratégias analíticas mobilizadas para responder às questões de investigação.

Desenho e natureza do estudo

O presente trabalho é um estudo de revisão de literatura que adota um desenho descritivo, longitudinal e interpretativo, orientado para o mapeamento temático e institucional e para a análise discursiva de resumos de teses de Doutorado e dissertações de Mestrado, publicadas em Instituições de Ensino Superior em Portugal, que incidam sobre contextos de intervenção municipal na educação, no período 2000-2024⁵.

O objetivo central é mapear, caracterizar e interpretar essa parte da produção académica, constituída por teses e dissertações, procurando especificamente:

1. Identificar as regularidades e as tendências que marcam a evolução temporal, institucional e disciplinar dessa produção.
2. Analisar os temas e os contextos empíricos predominantes que estruturam o campo de investigação.
3. Interpretar as regularidades discursivas, as tensões e as omissões que configuram os sentidos atribuídos à governação educativa local no discurso académico português.

Para o efeito, o artigo adota uma abordagem mista de natureza descritiva e interpretativa, que articula duas dimensões de análise complementares.

Na primeira, faz-se uma caracterização descritiva do *corpus*, considerando variáveis como composição, volume e distribuição anual de publicações, Instituições de Ensino Superior e geografia da produção científica, áreas científicas e orientação académica, desenhos metodológicos e abordagens analíticas dos estudos. Esta caracterização permite identificar regularidades e tendências do *corpus*, através de uma análise quantitativo-descritiva.

Na segunda, realiza-se uma análise temática e discursiva dos resumos, orientada para identificar os temas e os contextos empíricos e para identificar enquadramentos e sentidos discursivos emergentes que estruturam a representação da intervenção municipal na educação. Esta dimensão qualitativo-interpretativa faz-se com recurso à análise temática e à análise do discurso aplicada aos resumos das teses e dissertações que compõem o *corpus*.

⁵ O recorte temporal definido para este mapeamento (2000-2024) foi considerado apropriado para um trabalho de abordagem longitudinal (25 anos), que captura, do ponto de vista histórico, legislativo e operacional, um período em que se começaram a observar os efeitos mais visíveis da territorialização das políticas educativas, da progressiva transferência de competências para os municípios, da valorização da autonomia das escolas e da reconfiguração da relação entre a administração central e local, justificando o início da análise. Para além disso, o recorte está determinado em alinhamento com um projeto de investigação mais vasto, relacionado com o projeto de Doutorado da primeira autora, intitulado “Municípios e Educação: tendências globais, especificidades nacionais e efeitos locais”, submetido à Comissão de Ética para a Investigação da Universidade de Aveiro (CEIC-UA) e que obteve parecer favorável (Parecer n.º 17-CEIC-UA/2026-D).

A utilização dos resumos como *corpus* analítico justifica-se por estes sintetizarem, na sua maioria, os elementos teóricos, metodológicos e empíricos de cada investigação, que permitem caracterizar o *corpus* e responder às perguntas de investigação que orientam este trabalho.

Como observa Awulachew (2022, p. 11), “*the abstract is the essence of the full text*” [o resumo é a essência do texto completo], condensando a estrutura e o sentido global da investigação. Do ponto de vista discursivo, embora contíguo ao texto principal, o resumo constitui um género académico autónomo, assumindo-se como uma “[...] réplica-miniatura ou bilhete de identidade do texto maior” (Silva; Santos, 2015, p. 317). Metaforicamente, o resumo pode ser entendido como uma janela para o trabalho realizado, oferecendo uma via legítima para compreender como a intervenção municipal na educação é discursivamente construída, enquadrada e representada.

Reconhece-se, contudo, o carácter mediado e resumido destes textos e, por isso, as interpretações apresentadas são assumidas em uma postura de vigilância epistemológica, informada por prudência hermenêutica⁶ e comprometida com a coerência teórica, ética e epistemológica que deve orientar a investigação científica (Mainardes, 2018a, 2018b), que assume a análise como uma leitura possível, entre outras.

Ao assumir natureza documental, o trabalho não envolve a interação direta com participantes humanos, nem a recolha de dados primários, tendo sido orientado por princípios de integridade científica e responsabilidade na produção do conhecimento (Mainardes, 2025, 2026; Muthanna; Chaaban; Qadhi, 2024; Schneckenberg; Amar; Gorostiaga, 2024). Do ponto de vista operacional, estes princípios materializam-se na explicitação dos critérios de inclusão e exclusão do *corpus*, na descrição da estratégia de pesquisa e etapas de seleção dos registos, na dupla codificação dos eixos temáticos e na explicitação dos referenciais analíticos utilizados.

Deste modo, foi assegurado o respeito pela autoria das produções analisadas, através da identificação das fontes e da utilização de dados disponibilizados em repositórios institucionais públicos. Assim, a ética é aqui assumida não apenas na sua dimensão procedimental, mas como elemento estruturante das decisões metodológicas e das formas de representação da produção académica analisada (Mainardes, 2025; Mainardes; Forgas, 2024; Tello; Mainardes, 2015).

Esta opção metodológica permite ampliar o alcance da análise, viabilizando uma leitura abrangente e longitudinal dessa produção académica, sem comprometer o rigor interpretativo. A abordagem inspira-se em investigações que analisam a produção científica, em particular teses e dissertações, como campo de construção de sentidos e de legitimação de discursos, como as de Carvalho (2015), Mainardes e Stremel (2021) e Arar, Yilmaz e Koschoreck (2024).

Em síntese, este estudo segue uma abordagem de mapeamento longitudinal da produção académica, que combina levantamento documental, análise estatística descritiva e interpretação temática e discursiva dos resumos.

Constituição do corpus e critérios de inclusão

O *corpus* do estudo é constituído por resumos de teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado defendidas em universidades portuguesas entre 2000 e 2024⁷, que têm como foco ou

⁶ Entende-se por prudência hermenêutica a postura interpretativa que alia rigor analítico e sensibilidade contextual, reconhecendo a historicidade do intérprete e a multiplicidade de significados presentes nos fenómenos estudados.

⁷ Tendo a redação deste artigo sido iniciada nos primeiros meses de 2025, salvaguarda-se que o número de publicações relativas ao ano de 2024 pode ser superior ao inventariado, considerando que o registo de produção académica no RCAAP poderá não ter sido ainda concluído. Durante o período em análise, outras teses com as mesmas características

dimensão analítica a intervenção dos municípios na área da educação. Incluem-se trabalhos que abordam diretamente a ação municipal, como aqueles que, tendo outro foco empírico, incorporam uma análise do papel das autarquias no campo educativo.

Relativamente às dissertações de Mestrado, foram consideradas todas as tipologias previstas na legislação portuguesa⁸, nomeadamente trabalhos de natureza científica, relatórios de estágio e trabalhos de projeto, embora reconhecendo diferenças estruturais entre essas modalidades. A opção por máxima inclusão decorre do entendimento de que todos os resumos são artefactos científicos que expressam modos de compreensão, representação e problematização da intervenção municipal na educação.

A recolha foi realizada durante o mês de fevereiro de 2025, a partir dos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) e dos repositórios científicos de Instituições de Ensino Superior públicas (Universidade Aberta, Açores, Algarve, Aveiro, Beira Interior, Coimbra, Évora, Lisboa, Nova de Lisboa, Madeira, Minho, Porto, Trás-os-Montes e Alto Douro e Politécnicos do Porto, Bragança, Leiria e Coimbra) e privadas (Universidade Católica Portuguesa, Lusófona e Portucalense).

Em linha com o objetivo e a natureza longitudinal deste estudo, foram incluídas teses e dissertações com diferentes regimes de acesso: aberto, embargado e restrito, desde que disponibilizassem resumo.

A estratégia de pesquisa seguiu uma “malha de recolha exploratória larga” (Carvalho, 2014, p. 14), com recurso a truncaturas, operadores booleanos e filtros por ano e assunto. Os termos de pesquisa aplicados ao título, palavras-chave ou resumo incluíram: Município, Educação, Descentralização, Municipalização, Transferência de Competências, Políticas Educativas Locais, Territorialização, Conselho Municipal de Educação, Carta Educativa, Projeto Educativo Municipal/Local, Plano Estratégico Educativo Municipal, Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), Programa Aproximar Educação, PIICIE⁹, Freguesia e Autarquia.

A seleção dos registos decorreu em três etapas. A primeira, com a leitura exploratória e seletiva dos registos (título, palavras-chave e resumo); a segunda, com o registo sistemático dos resultados em um ficheiro Excel, com variáveis como tipologia do documento, tipo de acesso, ano de publicação, área de investigação geral, área específica, Instituição de Ensino Superior, título da tese/dissertação, nome do/a(s) orientador/a(s), nome do/a autor/a, palavras-chave, resumo e *link* de localização no repositório (*handle*); e a terceira, com a caracterização inicial do *corpus*, para análise descritiva e posterior interpretação temática e discursiva. No total, foram identificados e analisados 172 resumos, que constituem o *corpus* final deste estudo¹⁰.

foram apresentadas por investigadores portugueses em universidades estrangeiras, como, por exemplo, a tese de Doutoramento em Ciências de Gestão, defendida por João Pinhal, em 2009, na Universidade de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, ou, ainda, a tese de Doutoramento em Ciências da Educação, defendida por Domingos Rasteiro, em 2017, na Universidade de Extremadura.

⁸ O Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março (Portugal, 2006), estabelece o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior em Portugal.

⁹ Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.

¹⁰ O levantamento de dados relativo a esta pesquisa encontra-se disponível no Apêndice A deste artigo e em https://www.researchgate.net/publication/402014641_LEVANTAMENTO_DE_TESES_DE_DOUTORAMENTO_E DISSERTACOES_DE_MESTRADO SOBRE_A_INTERVENCAO_MUNICIPAL_NA_EDUCACAO_EM_PORTUGAL_2000-2024. Acesso em: 19 mar. 2026.

Procedimentos de análise

De acordo com o desenho metodológico do estudo, a análise foi conduzida em duas fases articuladas. Na primeira fase, foi realizada uma análise quantitativa e descritiva das variáveis contextuais (ano, grau académico, universidade, área científica e orientação). Esta etapa permitiu mapear o perfil do *corpus* de análise, ou seja, identificar os padrões institucionais, disciplinares e temporais das teses e dissertações que abordam os contextos empíricos de intervenção municipal na educação. A segunda fase, que corresponde à análise qualitativa dos resumos, foi organizada em dois níveis de análise que se inter-relacionam, nomeadamente a análise temática e a análise discursiva.

Durante a análise temática, foram identificados e codificados, por dois investigadores, eixos estruturantes que serviram de base à análise do discurso e que estruturam a apresentação dos resultados. Para o efeito, foram adotadas as seis etapas propostas por Braun e Clarke (2006), em consonância com os pressupostos da análise abductiva (Thompson, 2022), para permitir a emergência de categorias a partir dos dados e em diálogo com o referencial do estudo.

A análise discursiva foi dedicada à interpretação das regularidades discursivas, tensões, lacunas e omissões que marcam as representações da intervenção municipal. A leitura foi sustentada na análise do discurso (Garré; Vieira, 2022; Goodman, 2017; Mainardes, 2006) e na abordagem da governança educacional (Ball; Bowe, 1992).

Estas duas fases, que configuram um duplo movimento de análise, descritivo e interpretativo, permitem compreender, em simultâneo, os padrões empíricos de recorrência e as formas de enunciação, enquadramento e omissão que moldam a representação académica da governação educativa local em Portugal.

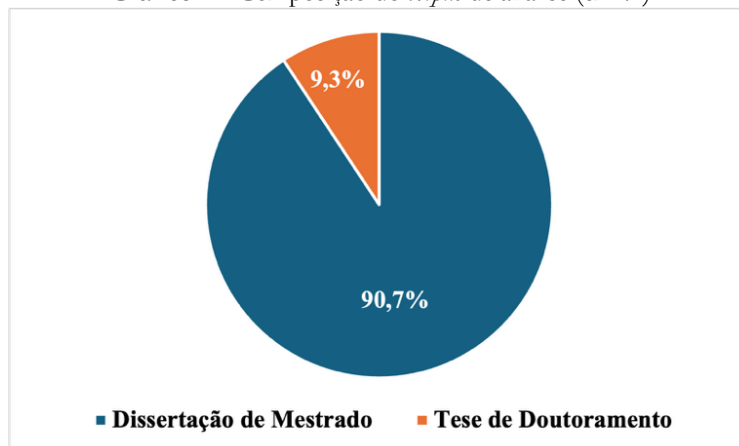
Resultados e discussão

A presente secção apresenta os resultados da análise, articulando dimensões descritivas e interpretativas da produção académica em estudo. Organiza-se em torno da caracterização do *corpus*, da sua distribuição temporal e institucional, da geografia da produção académica, das áreas científicas e orientações académicas, bem como dos desenhos metodológicos e abordagens analíticas. Por fim, procede-se à identificação dos eixos temáticos e à análise dos enquadramentos e sentidos discursivos que estruturam a forma como a intervenção municipal na educação tem sido representada no campo académico português.

Composição do corpus

A análise das teses e dissertações que abordam a intervenção dos municípios na educação, publicadas entre 2000 e 2024, em Portugal, revela um campo ainda emergente, mas em progressiva consolidação. O *corpus* de análise é constituído por 172 trabalhos (Gráfico 1), disponíveis em repositórios de Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, em regime de acesso aberto, restrito ou embargado, dos quais 156 são dissertações de Mestrado (90,7%) e 16 são teses de Doutoramento (9,3%).

Gráfico 1 – Composição do *corpus* de análise (em %)



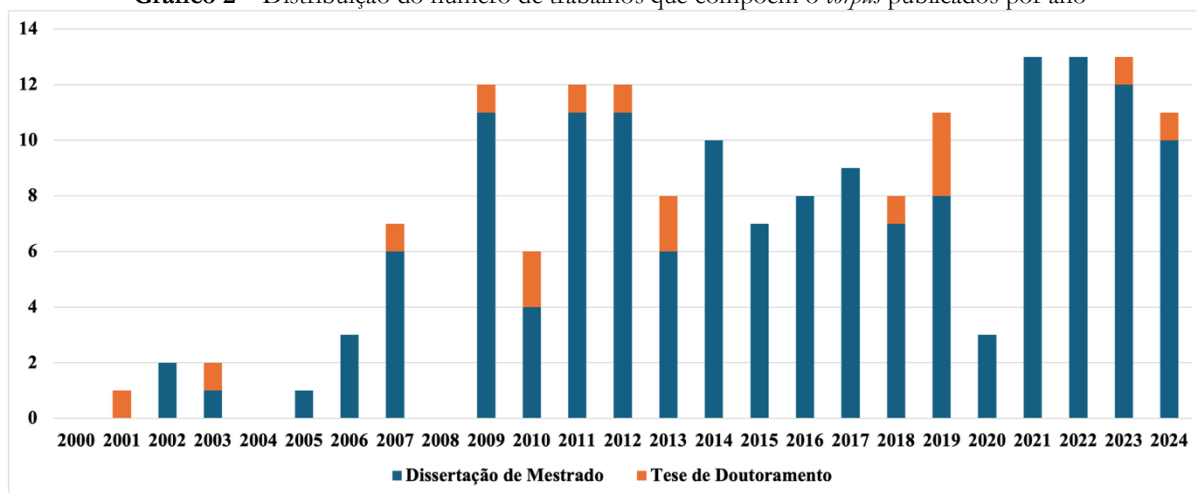
Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

A predominância das dissertações de Mestrado confirma o papel dos cursos pós-graduados a este nível de ensino na produção e disseminação do conhecimento sobre o tema em análise, funcionando, em grande parte, como espaços de experimentação científica e de aproximação entre a investigação e o contexto profissional dos estudantes. Por contraste, a menor expressão das teses de Doutoramento pode sugerir uma fraca consolidação institucional do tema enquanto campo autónomo de investigação, ainda dependente de orientações individuais e de projetos dispersos.

Distribuição temporal e evolução das publicações

A análise longitudinal do *corpus* de análise (2000-2024) revela um padrão irregular de produção, alternando momentos de expansão e retração, com lacunas importantes no início do período analisado. Esta oscilação pode espelhar a evolução das reformas políticas e administrativas em Portugal, assim como as condições institucionais de produção científica existentes e que marcaram esse período (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição do número de trabalhos que compõem o *corpus* publicados por ano



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

Em linha com os resultados apresentados no Gráfico 2, entre os anos 2000 e 2008, a existência de trabalhos sobre a intervenção municipal na educação é residual ($n=16$), com apenas três teses e 13 dissertações identificadas. Este resultado pode espelhar a ainda incipiente visibilidade da ação municipal na agenda de investigação, no que diz respeito a este tipo de produção académica.

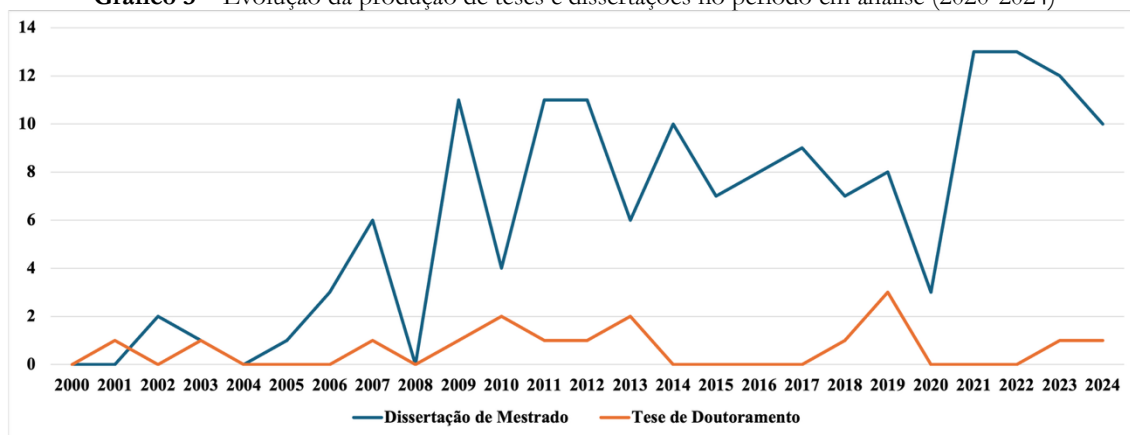
O ano de 2009 constitui o primeiro ponto de inflexão, o que se pode justificar pela coincidência com um período pós-reforço legislativo da descentralização educativa, em que se acentuou o debate público em torno de questões como o início da participação das autarquias no órgão máximo de gestão das escolas (Conselho Geral), a assinatura de contratos de autonomia entre a administração central e 22 escolas do país, com o reforço da parceria entre as escolas e as autarquias locais, ou a relevância que as Cartas Educativas e os Conselhos Municipais de Educação vinham assumindo no âmbito do planeamento da rede educativa municipal e na regulação local da educação.

Desde então, apesar de existirem variações anuais no número de teses e dissertações publicadas, o período de maior retração ocorreu em 2020, coincidindo com o início da pandemia de COVID-19, quando se registaram apenas três dissertações de Mestrado. Este decréscimo é interpretado como um efeito direto das restrições sanitárias que se viveram nesse ano e que alteraram radicalmente todas as condições de produção de trabalho académico, como sejam a recolha de dados ou a defesa pública dos trabalhos. O período 2021-2024 destaca-se pelo retomar e pela intensificação da publicação académica, com 48 dissertações e duas teses publicadas, mantendo-se níveis elevados de produção (entre 12 e 13 trabalhos por ano).

Esta evolução, para além da normalização pós-pandemia, pode ainda sugerir a consolidação do interesse académico por diferentes temáticas relacionadas com a governação educativa local, a territorialização das políticas educativas ou pela reconfiguração das competências municipais, espoletado pelas alterações que foram introduzidas em 2018 e 2019, com a aprovação de uma nova lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais¹¹ e do decreto-lei¹² que concretiza esse quadro no domínio da educação, respetivamente.

No que diz respeito às teses de Doutoramento (Gráfico 3), a produção entre 2000 e 2024 revela um padrão de baixa frequência e distribuição irregular, com 16 trabalhos identificados ao longo de 25 anos.

Gráfico 3 – Evolução da produção de teses e dissertações no período em análise (2020-2024)



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

¹¹ Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local (Portugal, 2018).

¹² Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação (Portugal, 2019).

Os primeiros registos são esporádicos, a partir de 2001, sem que se evidencie uma tendência consistente de crescimento, com publicações isoladas nos anos de 2001, 2003, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Neste contexto, e por contraste, destacam-se os períodos que medeiam os anos de 2014 e 2017, em que não se obteve qualquer registo, e os anos de 2018 e 2019, em que se observam quatro teses publicadas, resultado que poderá indicar uma ligeira intensificação da atividade investigativa ao nível doutoral a partir de 2018. Tal como aconteceu no grau de Mestrado, esta dinâmica de publicação foi interrompida em 2020 pela crise pandémica e retomada apenas em 2023 e 2024, anos em que foram registadas duas teses. Este padrão de baixa frequência e de distribuição irregular pode indiciar alguma fragilidade estrutural do campo doutoral neste domínio e a dependência da investigação aplicada de curto alcance.

A partir da leitura integrada dos dados, há margem para inferir que, de certa forma, esta produção académica vai acompanhando os ritmos da reforma política em Portugal, sobretudo em momentos de expansão legislativa (2008-2009 e 2015-2019) e de implementação dessa legislação¹³. Em síntese, no que diz respeito à investigação produzida em termos de teses e dissertações, os resultados parecem apontar para um interesse gradual e crescente em torno de temáticas relacionadas com a governação local da educação enquanto área de estudo.

Instituições do Ensino Superior e geografia da produção académica

A análise da produção académica sobre a intervenção municipal na educação em Portugal evidencia uma concentração institucional e territorial da investigação, tanto no que respeita às instituições produtoras do conhecimento como aos territórios onde esse conhecimento é produzido. Este facto confirma que o conhecimento é sempre produzido em relação a determinados lugares, sendo estas duas dimensões indissociáveis na análise da configuração do próprio campo científico.

Em termos de grau académico, assinala-se a predominância de dissertações de Mestrado (90,7%) face às teses de Doutoramento (9,3%), conforme o Gráfico 1. Esta proporção corrobora o papel tanto formativo quanto exploratório que as dissertações de Mestrado exercem na disseminação do conhecimento sobre as temáticas em análise, sendo indispensáveis na formação de novos investigadores e atuando como laboratórios de exploração em torno das políticas educativas locais e da intervenção municipal na educação. As teses de Doutoramento, embora menos numerosas, têm um papel de sistematização teórica e metodológica do campo, oferecendo leituras mais críticas e integradas, de maior profundidade e duração.

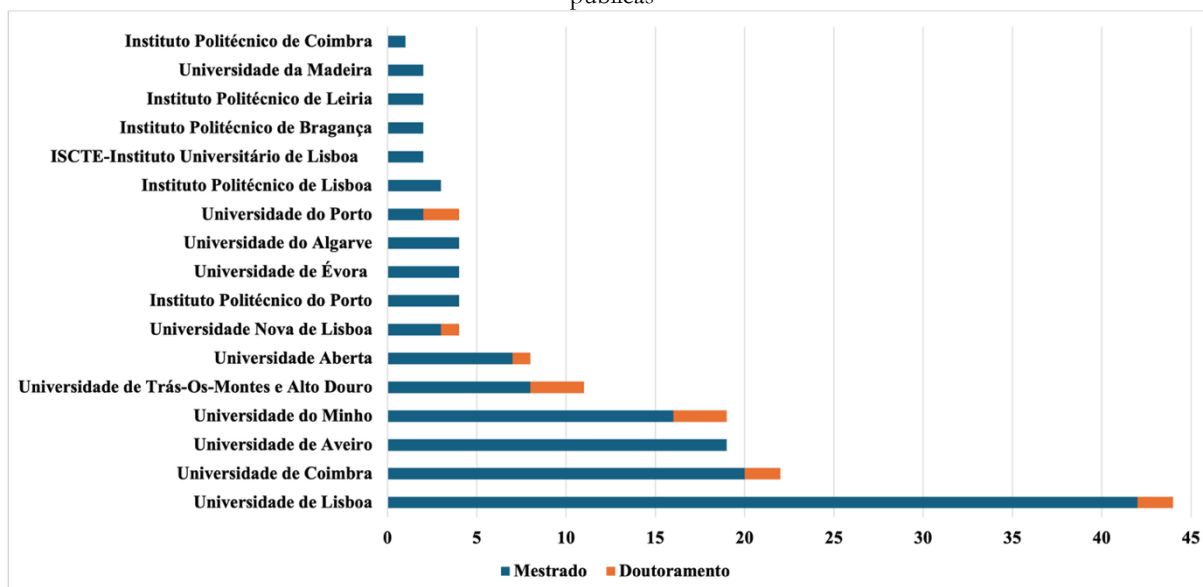
Concentração institucional

A distribuição dos trabalhos por Instituição de Ensino Superior revela um padrão de forte concentração pública e regional, considerando que cerca de 90% do total da produção de teses e dissertações tem origem em instituições públicas. Refere-se aqui, especificamente, à Universidade de Lisboa (n=44), que representa o núcleo mais expressivo da produção nacional (25%), seguida pelas universidades de Coimbra (n=22), de Aveiro (n=19), do Minho (n=19) e de Trás-os-Montes

¹³ A transferência de competências em matéria de educação para os municípios, que decorreu ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2019 (Portugal, 2019), tinha aceitação voluntária até 31 de dezembro de 2019, mas com prazo de implementação obrigatória até ao início do ano letivo 2022/2023. O processo pode ser consultado em: <https://portalautarquico.dgal.gov.pt/pt-PT/transferencia-de-competencias/>. Acesso em: 19 mar. 2026.

e Alto Douro (n=11), que, em conjunto, concentram cerca de 67% do total dos trabalhos identificados (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Distribuição dos trabalhos que compõem o *corpus* por grau académico e Instituições de Ensino Superior públicas

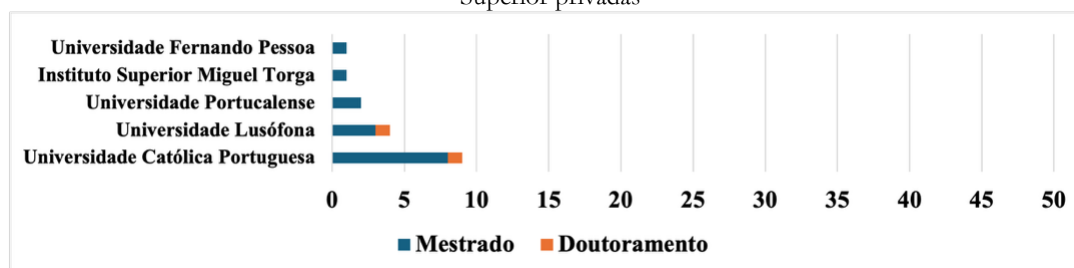


Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

Esta concentração não é apenas quantitativa; ela é também epistemológica, uma vez que reflete a densidade investigativa e o capital científico dessas instituições, podendo evidenciar a centralidade de centros públicos na investigação e na abordagem das temáticas em questão.

No setor privado, a produção é mais pontual, mas, ainda assim, considerável, como mostra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de trabalhos que compõem o *corpus* por grau académico e Instituições de Ensino Superior privadas



Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

Destaca-se a Universidade Católica Portuguesa (n=9), que representa o núcleo mais significativo da produção académica no Ensino Superior privado, seguida da Universidade Lusófona (n=4). A presença residual das Instituições de Ensino Superior privado poderá estar relacionada com a sua menor capacidade de oferta, sobretudo em Programas de Pós-Graduação.

Geografia da produção académica e territorialização

A análise do contexto territorial das teses e dissertações não tem como propósito identificar os municípios que foram estudados, mas compreender em que contextos geográficos se desenvolveram as investigações incluídas no *corpus*. O local de recolha de dados constitui, neste

sentido, um indicador da territorialização da produção científica, permitindo observar quais os territórios mais presentes na investigação académica portuguesa, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Contexto territorial dos estudos por região

Região/Estudos	Estudos em freguesias (n)	Estudos em Municípios (n)	Estudos na Área Metropolitana (n)	Estudos na Comunidade Intermunicipal (n)	Total
Região Norte	-	17	2	5	25
Região Centro	-	34	-	2	36
Região de Lisboa e Vale do Tejo	2	25	2	2	32
Região do Alentejo	-	4	-	-	4
Região do Algarve	-	2	-	1	3
Regiões Autónomas (Açores e Madeira)	-	2	-	-	2
Vários territórios	1	2	-	-	2
Total	3	86	4	10	103

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados.

O cruzamento entre os dados institucionais e os contextos empíricos revela um padrão de geografia concentrada do conhecimento. Dos 172 trabalhos, 86 fazem referência explícita a um ou mais municípios ou territórios locais como contexto empírico da investigação; outros situam a investigação em comunidades intermunicipais ($n=10$), áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa ($n=4$) ou freguesias ($n=3$), totalizando 59,9% do *corpus* com algum tipo de ancoragem territorial explícita (Tabela 1). Dos restantes 69 trabalhos (40,1%), 49 não fazem qualquer referência geográfica, e os restantes 20 são estudos anonimizados territorialmente, estudos teóricos ou conceptuais ou de âmbito nacional.

No entanto, importa sublinhar que essa referência territorial não coincide, necessariamente, com o objeto de estudo, uma vez que existem trabalhos em que o território municipal funciona apenas como lugar de observação e recolha de dados, quando, por exemplo, o foco da análise são as perceções de autarcas, diretores, professores, pais ou técnicos de autarquias, ou a elaboração de documentos estratégicos locais (Carta Educativa, Plano Municipal de Educação, Projeto Educativo Municipal) ou, ainda, dinâmicas de rede entre escolas e autarquias.

Esta ancoragem territorial coincide, na maioria dos casos, com a proximidade geográfica das instituições produtoras, o que sugere um padrão de territorialização académica por proximidade institucional. As Instituições de Ensino Superior situadas sobretudo no Norte e Centro do país (Minho, UTAD, Aveiro, Coimbra e Lisboa) produzem, maioritariamente, estudos sobre territórios próximos, reforçando uma geografia desigual do conhecimento, enquanto a escassez de investigação no interior e no Sul do país, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira¹⁴, evidencia lacunas regionais significativas.

Em contrapartida, a presença de trabalhos anonimizados e não especificados pode indicar que, em uma parte considerável da produção, o território é tratado como um contexto empírico ou um elemento discursivo, em vez de um objeto direto de investigação. Esta opção parece refletir o predomínio de abordagens centradas quer nas políticas, quer nos atores, e não nos espaços concretos de governação, o que pode contribuir para silenciar desigualdades territoriais enquanto dimensão de análise da governação local da educação.

¹⁴ A este respeito, importa referir que o modelo de intervenção municipal na educação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira resulta do seu estatuto autonómico, sendo diferente do modelo aplicado em Portugal Continental, onde os municípios têm um papel mais interventivo na gestão local da educação.

A interseção entre as dimensões institucional e territorial permite compreender que a investigação sobre a intervenção municipal na educação é, ao mesmo tempo, geograficamente situada e epistemicamente concentrada. Deste modo, a territorialização da investigação não deve ser entendida como um simples mapeamento físico dos municípios estudados, mas como uma cartografia simbólica da produção académica, que revela onde se investiga, a partir de que lugares e com que legitimidade se produz conhecimento.

Áreas científicas e orientação académica

O mapeamento da produção de dissertações de Mestrado e teses de Doutoramento que constituem o *corpus* de análise identificou 51 designações distintas relacionadas com as áreas científicas documentadas no RCAAP. Se, por um lado, esta diversidade terminológica revela a extensão e a natureza interdisciplinar do campo, por outro lado, ela dificulta a leitura das tendências de investigação, dada a fragmentação das classificações institucionais.

Para efeitos de sistematização, a classificação dos estudos por áreas científicas foi inicialmente orientada pela Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF)¹⁵, que, desde 2005, constitui o referencial oficial para o enquadramento das áreas científicas e formativas em Portugal. Contudo, dada a heterogeneidade epistemológica das investigações incluídas, sobretudo as que se situam nos domínios da Educação, Administração Pública, Políticas Públicas e Planeamento Territorial, tornou-se necessário complementar o enquadramento normativo com um processo interpretativo de agrupamento de áreas por afinidades temáticas e discursivas.

Neste sentido, as designações originais foram reorganizadas em seis agrupamentos analíticos: (1) Educação; (2) Gestão e Administração de Políticas Públicas; (3) Administração e Gestão Educacional; (4) Ciências Sociais e Humanas aplicadas à Educação; (5) Planeamento e Gestão do Território; (6) Outras áreas. Esta classificação, que adota em simultâneo uma perspetiva normativa e interpretativa, permite assegurar a comparabilidade com a estrutura oficial da CNAEF e revelar, ao mesmo tempo, zonas de interseção epistemológica e disciplinar que caracterizam o campo.

A distribuição dos trabalhos (n=172) revela que a área de Educação é a mais significativa, com 112 trabalhos, representando 65,1% do total dos trabalhos analisados, dos quais 99 são dissertações e 13 são teses. Esta categoria inclui investigações em Ciências da Educação, Educação, Estudos da Criança, Educação e Formação, Supervisão e Coordenação da Educação, Ensino, Estudos Profissionais Especializados em Educação, entre outros. Seguem-se Gestão e Administração de Políticas Públicas (12,8%), Administração e Gestão Educacional (11,1%), Ciências Sociais e Humanas aplicadas à Educação (6,4%), Planeamento e Gestão do Território (2,9%) e outras áreas (1,7%), que incluem estudos isolados de natureza interdisciplinar.

Este panorama confirma o predomínio da matriz educativa e pedagógica, em contraste com a baixa expressão das abordagens oriundas da ciência política, da administração pública ou do planeamento territorial. A partir desta configuração, é possível identificar lacunas disciplinares persistentes que podem limitar a interdisciplinaridade e a circulação de referenciais teóricos diversificados na análise da governação local da educação e, consequentemente, reduzir a possibilidade de leituras mais político-institucionais, organizacionais e espaciais da ação municipal em educação.

¹⁵ Aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março (Portugal, 2005).

No que diz respeito à orientação académica, verifica-se uma concentração de dissertações e teses nas Instituições de Ensino Superior públicas de maior dimensão, situadas maioritariamente nas regiões Norte e Centro do país (Lisboa, Coimbra, Aveiro, Minho e Vila Real de Trás-os-Montes). De um modo geral, os dados empíricos apontam para um campo de investigação caracterizado pela existência de redes de orientação de continuidade, com orientadores que acumulam diversas supervisões, o que sugere a presença de núcleos de continuidade científica e consolidação institucional em torno do tema.

Esta estrutura institucional e disciplinar pode refletir a existência de um núcleo académico especializado, responsável pela maior parte da produção nacional sobre a intervenção municipal na educação. Ao mesmo tempo, molda os contornos epistemológicos e territoriais do campo, pois influencia não apenas o que se investiga, mas também onde se investiga e com que referenciais a ação dos municípios no domínio educativo é interpretada.

A configuração institucional e disciplinar observada na produção académica traduz-se igualmente nas opções metodológicas e analíticas adotadas pelos investigadores, considerando que estas não são apenas escolhas técnicas, mas expressões epistemológicas de como se concebe o papel dos municípios na educação.

Desenhos metodológicos e abordagens analíticas

A análise dos resumos que compõem o *corpus* permite identificar a existência de um campo de investigação predominantemente qualitativo, que privilegia a compreensão de significados, percepções e/ou processos situados no âmbito da atuação dos municípios, ao nível da governação local da educação.

É importante sublinhar que essa caracterização metodológica resulta da interpretação de resumos, que são representações resumidas das teses e dissertações, e não da sua leitura completa, o que implica uma necessária margem de inferência e vigilância epistemológica. Em diversos casos, a natureza metodológica do estudo não é declarada de forma explícita, sendo deduzida a partir de marcas discursivas, como o objeto de estudo, as técnicas de recolha, tratamento e análise de dados ou a natureza dos resultados apresentados.

Neste sentido, o resultado da análise dos desenhos metodológicos e abordagens analíticas dos estudos assume um carácter interpretativo, em detrimento do estatístico, devendo ser lido à luz de uma postura de vigilância epistemológica.

De forma geral, há um predomínio de abordagens qualitativas que reflete uma epistemologia construtivista e compreensiva da governação educacional. Entre as abordagens qualitativas, o estudo de caso é o desenho mais comum, centrado em um ou mais municípios, instrumentos de política (como a Carta Educativa ou o Projeto Educativo Municipal) ou estruturas locais de tomada de decisão (como os Conselhos Municipais de Educação). No que respeita à recolha de dados, identificam-se as entrevistas semiestruturadas, a análise documental e a observação indireta.

Quanto às fontes de recolha, os dados foram obtidos principalmente a partir de documentos oficiais, como a Carta Educativa Municipal, o Projeto Educativo Municipal ou o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), combinados com outras informações recolhidas junto de autarcas, técnicos municipais, diretores e professores. A triangulação entre dados empíricos e fontes documentais é, portanto, uma característica comum e recorrente nos trabalhos que compõem o *corpus*.

Em menor escala, identificam-se estudos de natureza quantitativa ou mista, nos quais se destacam inquéritos por questionário (aplicados a docentes, alunos ou encarregados de educação, visando obter a sua perceção sobre as políticas educativas municipais, as condições de equidade ou os efeitos de programas específicos) e análises estatísticas descritivas ou a combinação de dados estatísticos locais com descrições qualitativas, sendo possível notar uma ligeira tendência para a integração de métodos nas dissertações mais recentes.

De um modo geral, a análise do *corpus* atesta a consolidação de um paradigma qualitativo e interpretativo, que procura compreender como se constroem e como os atores locais interpretam as políticas, em detrimento de abordagens quantitativas orientadas para a medição de impactos ou resultados. Trata-se de uma forma de conhecimento que valoriza o carácter empírico e interpretativo da governação educacional, como um processo situado e relacional, em que se cruzam interações entre atores, contextos e políticas.

Eixos e contextos empíricos

A análise temática dos 172 resumos de teses e dissertações permitiu identificar seis áreas de concentração temática, que se interrelacionam e articulam com diferentes abordagens sobre os contextos da intervenção municipal na educação e que, em conjunto, funcionam como eixos que organizam o modo como essas teses e dissertações têm retratado esta intervenção no período analisado (2000-2024). Neste sentido, importa recordar que, embora o território municipal surja como contexto operacional da política educativa, as investigações organizam-se em torno de múltiplos objetos, escalas e dimensões analíticas.

Descentralização e regulação educativa

A abordagem da descentralização e dos mecanismos de regulação multinível na educação destaca-se como tema central, com enfoque nas mudanças político-administrativas que resultam da transferência de poder do Estado central para as autoridades locais. Os estudos em questão retratam a transferência de competências do Estado central para os municípios, apontando implicações políticas e institucionais relacionadas com a redistribuição de poder e questionando os limites entre centralização normativa e autonomia municipal, assim como entre a descentralização e a desresponsabilização do Estado central. Neste contexto, a descentralização é frequentemente descrita nos textos como um processo híbrido e incompleto.

Como subtemas mais identificados, destacam-se os estudos que se desenvolvem em torno da aplicação do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro (Programa Aproximar Educação) (Portugal, 2015), e do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (Portugal, 2019), normativos que, em períodos e modelos diferentes, introduziram alterações significativas na relação entre o Estado central e as autarquias, com as últimas a receberem novas responsabilidades na governação local da educação. Além disso, a análise revelou a emergência de outros dois subtemas: um relacionado com a necessidade de equilibrar a autonomia local com o controlo estratégico do Estado central e outro sobre as vantagens e desvantagens da descentralização, a partir das perceções de diferentes atores locais, como autarcas, funcionários municipais, técnicos, diretores de escolas ou docentes.

Este eixo evidencia as tensões entre o discurso da autonomia e as práticas de controlo centralizado, abre uma linha crítica de investigação que suscita o debate entre descentralização e (des)responsabilização e aborda as perceções ambíguas dos atores locais sobre o que a descentralização realmente implica.

Agência municipal e modelos locais de governação

Um outro tema que se destaca na análise do *corpus* é a agência política dos municípios e a forma como a sua ação influencia a gestão local da educação. Essa abordagem sublinha a função dos municípios não apenas como executores de políticas nacionais, mas como agentes políticos estratégicos capazes de formular políticas próprias. Nesse contexto, surge a figura do “município regulador”, que enfatiza o papel do município na interpretação e adaptação das orientações nacionais às suas especificidades e também na criação de modelos híbridos de regulação.

Outros estudos abordam o papel do município como um espaço de tomada de decisão e experimentação institucional, onde se desenvolvem políticas próprias, como Projetos Educativos Municipais (PEM) ou Locais (PEL), e práticas que vão além das competências legais. Os estudos mostram também a existência de micropolíticas locais e dinâmicas associadas à atuação de autarcas, técnicos e diretores escolares. No entanto, apesar da valorização da agência local, ainda existem omissões quanto à sustentabilidade financeira, à fragilidade das estruturas de participação e aos mecanismos de avaliação de impacto dessas políticas locais.

Territorialização e planeamento educativo

Um outro eixo temático investiga como as políticas educativas se inscrevem no território através dos instrumentos e processos que convertem a educação em práticas situadas. Os estudos descrevem processos de reorganização da rede escolar, requalificação de edifícios e ordenamento territorial, frequentemente associados a mudanças demográficas e à gestão eficiente dos recursos disponíveis, através da sua racionalização. A Carta Educativa é um dos objetos investigados, como ferramenta de planeamento estratégico e de reorganização da rede escolar, mas também como um instrumento político de negociação entre municípios e Ministério da Educação.

Outros dispositivos, como o PEM/PEL, PIICIE ou planos estratégicos educativos, são também analisados no contexto da autonomia municipal, articulando temáticas como educação, desenvolvimento e coesão territorial. Entre os temas recorrentes, destacam-se também outros tópicos, como a influência da proximidade territorial na criação de respostas educativas, assim como as tensões entre objetivos de racionalização (encerramento de escolas, fusão de agrupamentos) e as preocupações de equidade e acesso.

Apesar da riqueza analítica que este eixo apresenta, existe um silêncio relativo à dimensão intermunicipal, ainda pouco explorada, sendo a atuação das Comunidades Intermunicipais (CIM) mencionada apenas pontualmente, o que indica uma lacuna importante na compreensão da governança educativa multinível.

Participação, redes e articulação institucional

Outro grupo de estudos incide sobre as formas de participação e articulação entre atores locais. Neste contexto, é o Conselho Municipal de Educação que se apresenta como órgão principal de análise, funcionando como um espaço para a coordenação entre instituições e a gestão participativa de nível local. A análise desenvolve-se em torno das potencialidades desse órgão, situando-o como espaço de diálogo e concertação informal, mas também em torno da sua reduzida influência em decisões estruturantes, enquanto órgão consultivo formal. Outros temas são o trabalho em rede entre escolas, municípios e associações de pais, como condição essencial para se chegar à coesão e à prática de uma governança democrática.

Embora este tema seja relevante, a análise evidencia omissões quanto à real efetividade da participação e aos constrangimentos de poder que sugerem que a participação é meramente retórica, não se refletindo em práticas de co-decisão.

Gestão de recursos e serviços educativos

As dimensões operativas e financeiras dos municípios constituem um outro eixo temático. Os temas mais frequentes são a Ação Social Escolar (ASE), o fornecimento das refeições escolares, o transporte escolar e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Estes domínios aparecem como áreas de proximidade e equidade, frequentemente ligadas ao conceito de responsabilidade social municipal, destacando o papel das autarquias na promoção da equidade e no combate às desigualdades socioeducativas. No entanto, vários estudos destacam as tensões que resultam do subfinanciamento e da desproporção entre responsabilidades e recursos que o Estado transfere, assim como o comprometimento da sustentabilidade das políticas locais. Outra regularidade que se observa é a gestão do pessoal não docente (PND) como área de conflito institucional, caracterizada por uma sobreposição de competências e divergências nas instâncias administrativas.

Em geral, os estudos abordam as dificuldades estruturais de financiamento, associadas à gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, refletindo a materialidade da governança educativa, onde as tensões entre eficiência, justiça social e autonomia local se tornam mais visíveis.

Avaliação, inovação e conceções educativas locais

O último eixo agrupa temas que se relacionam a partir da intervenção municipal em projetos de inovação e desenvolvimento local, frequentemente enquadrados pela filosofia da Cidade Educadora. Enquanto movimento internacional que mobiliza o município como espaço educativo, esta filosofia aborda, do ponto de vista conceptual e ético, o papel do município na promoção da aprendizagem ao longo da vida.

É neste sentido que o território municipal é entendido como um espaço educativo alargado, que valoriza práticas de educação não formal, em que a educação vai além da escola e se articula com outras políticas públicas (cultura, desporto, ambiente, juventude, cidadania e coesão social). Para além das temáticas que se apresentam sob o chapéu da Cidade Educadora, há estudos que se referem a projetos municipais de inovação pedagógica, como as Orquestras Escolares de Sintra ou a Fábrica da Criatividade em Óbidos, encarando-os como expressões de autonomia pedagógica e experimentação institucional. Embora o município seja retratado como agente de inovação e proximidade, capaz de oferecer respostas educativas adaptadas ao contexto, há omissões evidentes, como a ausência de avaliação sobre o impacto dessas iniciativas e a escassez de diálogo entre estas práticas e a discussão sobre equidade na educação.

De um modo geral, pode afirmar-se que este exercício de análise permitiu o mapeamento temático da intervenção educativa municipal. O município é representado não apenas como um mero agente de implementação de políticas nacionais, mas como regulador e criador de sentido, cuja ação reflete as incertezas e tensões do próprio processo de descentralização.

Enquadramentos e sentidos discursivos

A análise discursiva dos resumos que compõem o *corpus* de análise permite explorar como este tipo de produção académica constrói, interpreta e questiona a intervenção municipal na

educação, evidenciando as lógicas de regulação, os valores e as contradições que atravessam o debate científico. Os resumos, ao condensarem os dados empíricos e as escolhas teórico-conceituais, revelam tendências nos modos de pensar e de nomear o local como categoria política e educativa. De forma geral, a análise evidencia enquadramentos discursivos que variam entre duas orientações complementares: uma leitura crítica e estrutural da regulação do sistema educativo e outra que valoriza a agência local, com o município a ser caracterizado como potencial ator de inovação, equidade e desenvolvimento territorial.

Estas leituras destacam quatro enquadramentos discursivos que, longe de se excluírem, coexistem em tensão, o que revela o carácter ambíguo da governação local da educação como um espaço de autonomia e, em simultâneo, de controlo político.

Governança educacional como regulação híbrida e multinível

Um primeiro enquadramento discursivo é aquele que interpreta a governança educacional como processo de regulação híbrida e multinível. A governança local é, neste contexto, entendida como processo de redistribuição de poder entre níveis de decisão, em que se cruzam lógicas de subordinação e autonomia. Tanto as teses quanto as dissertações estudam o campo educativo local como um sistema complexo de interdependência entre diferentes níveis e atores, em que o município é visto simultaneamente como executor das políticas nacionais e como ator regulador que interpreta e adapta essas políticas ao seu contexto.

Este discurso, presente em grande parte dos resumos, indicia uma leitura crítica da descentralização, que ocorre em um contexto de transição do Estado administrador para o Estado estratégico, em um movimento que é descrito como incerto, desigual ou incompleto. O Estado central mantém a sua autoridade normativa, estabelece as regras, orienta e controla aspetos estratégicos, como, por exemplo, a definição do currículo, a gestão do pessoal docente ou a prestação de contas, e transfere para os municípios funções de natureza logística e operacional.

Assim, o discurso académico reconhece a emergência do “município regulador”, enquanto ator intermediário que atua em um espaço de interdependência institucional, em que a autonomia é relativa e negociada.

Sentido político e ético da ação municipal

Uma segunda linha de argumentação centra-se no valor político e ético da ação governativa municipal, presente nos resumos. A intervenção municipal é fundamentada por uma ética de responsabilidade alargada e por uma perspetiva humanista da educação como bem público, que impulsiona a coesão social e territorial. Este discurso organiza-se em torno de duas conceções: a importância da territorialização da educação, entendida como ancoragem das políticas públicas às especificidades geográficas e socioculturais de cada região, e o conceito de Cidade Educadora, que é visto como ideal normativo e referencial estratégico que transforma a totalidade do espaço urbano e municipal em um território educativo.

Este último conceito retrata a educação para além da escola e situa o município enquanto ecossistema educativo, onde, para além da gestão, este assume um papel de mediação, articulação e inovação entre setores (educação, cultura, ambiente, desporto), em uma perspetiva frequentemente associada à promoção de uma cidadania ativa e à valorização do papel das crianças e jovens na participação e na tomada de decisão em matéria de governação local. O município é retratado como um agente próximo; a ação municipal é valorizada pela sua capacidade de resposta

e adaptação à realidade local, enquanto a educação é considerada uma política de desenvolvimento local e cidadania democrática.

Assim, este discurso reconhece a dimensão ética e comunitária da governança educacional, sustentando que o município atua como agente de transformação social e promotor de justiça educacional.

Inovação municipal e micropolítica local

Outra perspetiva discursiva posiciona o município como um espaço de inovação, prática pedagógica e pragmatismo político, onde se desenvolvem práticas e soluções que respondem a desafios locais. Este enquadramento dá visibilidade às micropolíticas, isto é, às decisões e ações específicas que representam a leitura local das políticas nacionais, com destaque para o papel de mediação dos diversos atores (autarcas, técnicos municipais e diretores escolares).

A análise dos resumos indica que esta linha discursiva se associa à inovação local como uma forma de resistência e apropriação, onde as práticas inovadoras, frequentemente ligadas a projetos intersetoriais e exemplos locais de boas práticas (como a educação ambiental, o combate ao insucesso escolar, a criatividade artística), demonstram formas alternativas de regulação educativa baseadas na criação de redes de cooperação. Estas representações sugerem uma forma de governança mais relacional do que hierárquica, apesar de ainda existirem tensões estruturais, uma vez que o poder central continua a estabelecer prioridades e a condicionar recursos, o que limita a autonomia das autarquias.

Contradições e tensões discursivas associadas ao modelo de descentralização

Por último, existe uma vertente crítica que trespasa os resumos e questiona as contradições estruturais inerentes ao processo de descentralização.

Os resumos destacam tensões discursivas em torno do subfinanciamento, da desresponsabilização e da sobreposição de competências, que enfraquecem a autonomia municipal. A delegação de competências é, em algumas ocasiões, vista como estratégia de desresponsabilização financeira do Estado central, que transfere competências sem garantir o correspondente reforço de recursos financeiros e humanos. Esse discurso, por vezes visto como fazendo parte de uma agenda neoliberal, ganha centralidade na análise das dinâmicas de poder, da sustentabilidade financeira e da autonomia política dos municípios.

Neste contexto, existe também um discurso que denuncia a possível politização da educação em resultado da proximidade que se estabelece entre o poder político local e a gestão escolar, bem como a participação simbólica em instâncias como os Conselhos Municipais de Educação (CME), ou em processos de construção de documentos estruturantes, como a Carta Educativa ou os Projetos Educativos Municipais. É neste quadro de análise, em que os dispositivos são simultaneamente valorizados e questionados, que se critica e problematiza a discrepância entre a participação real e a simbólica, já que os CME são frequentemente percebidos como órgãos formais de consulta, sem grande influência na decisão, e a Carta Educativa ou os PEM são mais uma imposição legal do que um instrumento de autonomia.

Para além das tensões, que vão da retórica da proximidade à manutenção de mecanismos centralizados de controlo e avaliação, a análise evidencia omissões no que diz respeito às desigualdades territoriais (delegação sem capacitação), ao impacto político das relações entre autarquias e escolas e à fragilidade da participação cidadã.

A coexistência destes enquadramentos e sentidos discursivos evidencia que o tipo de produção académica analisado caracteriza a governação educativa local como um processo ambíguo, que se situa entre a promessa de autonomia e a manutenção do controlo centralizado.

Os discursos em questão variam entre a celebração da proximidade e o reconhecimento da capacidade do município em áreas como a da inovação local e a crítica às suas limitações no que se refere à estrutura e ao financiamento, evidenciando a tensão permanente entre política e administração, autonomia e dependência, ética e pragmatismo.

Neste sentido, este tipo de produção académica sobre a intervenção municipal em educação não é apenas visto como um espelho da política pública em questão, mas como um campo no qual se discute e se constrói discursivamente a própria conceção de descentralização e se delineiam perspectivas distintas de Estado, território e cidadania educativa.

Considerações finais

Este estudo mapeou uma parte importante da produção académica portuguesa sobre a intervenção municipal na educação, a partir da análise de 172 resumos de teses e dissertações, publicadas por Instituições de Ensino Superior portuguesas, no período compreendido entre 2000 e 2024. Este exercício analítico, que articulou as dimensões temática e discursiva, permitiu uma leitura crítica situada, entre outras possíveis, sobre o modo como são construídos os sentidos em torno da governação local da educação.

Na dimensão temática do discurso, a análise permitiu identificar seis áreas que estruturam a caracterização da intervenção municipal na educação neste tipo de produção académica, a saber: descentralização e regulação educativa, agência municipal e modelos locais de governação, territorialização e planeamento educativo, participação, redes e articulação institucional, gestão de recursos e serviços educativos e, por fim, avaliação, inovação e conceções educativas locais. Estas áreas mostram que o município é caracterizado não apenas como executor de políticas, mas como um agente regulador, um ator político e como espaço de experimentação institucional.

No plano discursivo, destacaram-se quatro enquadramentos que coexistem em tensão e que ajudam a compreender os modos como este discurso académico configura a governação educativa local, nomeadamente a regulação multinível como processo híbrido, o município como espaço ético e político, as micropolíticas locais como estratégias de inovação e mediação e a crítica às contradições estruturais da descentralização. A partir destes enquadramentos, é possível reconhecer que este tipo de produção académica evidencia um campo que se move entre a promessa da autonomia local e os limites impostos pelo controlo centralizado, destacando ambiguidades estruturais na governação educativa.

Para investigação futura, a partir das regularidades e das lacunas identificadas, é possível apontar uma série de pistas. Desde logo, é evidente a reduzida presença das freguesias, das comunidades intermunicipais e das redes interterritoriais nos trabalhos analisados, o que aponta para uma lacuna importante que ainda carece de exploração. Verifica-se também que a adoção de uma perspectiva interdisciplinar é limitada, reduzindo a complexidade analítica dos estudos. Acresce a escassez de estudos sobre a avaliação e os impactos de políticas locais, que contrasta com análises centradas em discursos, representações e perceções. Nesse sentido, há espaço para investigações que procuram analisar quais os efeitos concretos das políticas educativas municipais, com recurso a novas abordagens metodológicas, para além das de natureza qualitativa. Por fim, sublinha-se a importância de se aprofundar a análise sobre os mecanismos de participação local, nomeadamente

compreender a (in)efetividade, limitações operacionais e a real capacidade deliberativa dos Conselhos Municipais de Educação.

Apesar da densidade e diversidade do *corpus*, reconhecem-se limitações que foram enunciadas ao longo deste trabalho. A primeira refere-se ao uso exclusivo de resumos. Embora sejam artefactos legítimos usados na investigação, a sua natureza traz limitações e exige vigilância epistemológica. A segunda limitação diz respeito à natureza não exaustiva da base de dados. Embora os dados tenham sido recolhidos de forma exaustiva e os critérios tenham sido de máxima inclusão, existe a possibilidade de não terem sido incluídos alguns estudos, por questões de registo institucional, acessibilidade ou falhas nos repositórios. Por fim, destaca-se a limitação associada à construção de categorias de análise, bem como os riscos de sobreposições ou simplificações de campos epistemológicos complexos.

Em síntese, este trabalho propôs uma leitura crítica e sistematizada, entre outras possíveis, sobre o modo como uma parte da produção académica portuguesa tem construído conhecimento acerca da governação educativa local. Ao apontar temas recorrentes, enquadramentos discursivos e lacunas, esta análise confirma a importância de olhar para a governação local e para o município através de diferentes lentes, este último não apenas como lugar de implementação, mas também como ator estratégico, espaço simbólico e território de disputa política e pedagógica. Em um contexto em que a governação local da educação não é neutra, importa compreender as tensões estruturais que a atravessam enquanto condição necessária para qualificar o debate académico e político sobre o papel das autarquias na construção de uma educação pública mais justa e democrática.

APÊNDICE A – Relação dos trabalhos analisados

Este apêndice baseia-se em uma base de dados construída através da identificação sistemática de trabalhos académicos centrados na intervenção municipal na educação em Portugal, a partir de registos disponíveis em repositórios institucionais, no momento da recolha de dados (início de 2025). A base de dados (Rodrigues; Gouveia, 2026), que combina metadados bibliográficos com variáveis analíticas resultantes da codificação qualitativa dos resumos, foi depositada no Zenodo (<https://doi.org/10.5281/zenodo.18965049>). O respetivo levantamento, como anteriormente identificado na secção metodológica deste artigo, encontra-se igualmente disponível no ResearchGate.

ALMEIDA, M. A. C. G. **Orçamentação municipal baseada na performance: o caso da educação no Município de Sintra**. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia e Políticas Públicas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

ALMEIDA, U. P. **Cidade educadora na contemporaneidade: a experiência de Cascais e o desafio permanente de desenvolver o potencial educador do território**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2022.

ALVES, A. M. **Relação município-escola na perspectiva dos seus responsáveis**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

AMARAL, A. C. L. **Relatório de estágio numa câmara municipal: um olhar de um profissional de educação**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

ANDRADE, D. L. R. **Políticas de parceria local para o desenvolvimento da cidade educadora**: o caso do município de Almada. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

ANTUNES, M. S. F. **Relatório de estágio em Administração Educacional**: Com um estudo das perceções dos atores escolares sobre competências municipais. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

ARANTES, A. J. O. **Avaliação do impacto da política pública Aproximar Educação no sucesso escolar**: avaliação do projeto-piloto implementado em Vila Nova de Famalicão. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Gestão Pública e Políticas Públicas) – Universidade do Minho, Braga, 2022.

ARAÚJO, L. F. B. **Descentralização de competências na área da educação**: o caso do município de Carrazeda de Ansiães. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Autárquica) – Instituto Politécnico de Bragança, Mirandela, 2024.

ASSUNÇÃO, E. M. A. **O plano estratégico municipal de educação do concelho de Lagoa**: percursos na sua construção: um estudo de caso sobre Lagoa. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Algarve, Faro, 2023.

AZEVEDO, B. C. **Os efeitos da descentralização nos resultados educativos**: o caso dos municípios portugueses. 2023. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Minho, Braga, 2023.

BABO, N. R. T. B. **Importância do desporto municipal no desenvolvimento do ensino da Educação Física**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ensino – Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2017.

BAIXINHO, A. **As autarquias e a educação**: centro e periferia na construção das políticas educativas (1998–2008). 2010. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010.

BARRELA, M. J. A. **A regulação local da educação**: representações dos autarcas sobre os processos de descentralização da educação em Portugal. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

BENTO, R. J. S. **Planeamento da rede escolar do ensino básico**: uma abordagem intermunicipal baseada em modelos de planeamento e sistemas espaciais de apoio à decisão. 2010. Tese (Doutoramento em Ciências da Engenharia) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2010.

BICO, J. M. S. **Descentralização da educação no concelho de Setúbal**: o papel do Conselho Municipal de Educação. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino a Distância – Administração e Gestão Educacional) – Universidade Aberta, Lisboa, 2019.

BLAZ, F. M. B. **Relatório do estágio realizado na Câmara Municipal de Lisboa – Departamento da Atividade Física e do Desporto**: programa de apoio à educação física curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico – bloco de natação. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desporto – Organizações Desportivas) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

- BODIÃO, C. M. M. **A regulação local da educação: os conselhos municipais de educação na definição de políticas educativas locais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.
- BOURA, C. M. S. **A intervenção autárquica na regulação local do ensino profissional: o caso da Autarquia de Cascais.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- CALHAU, F. J. N. P. **Práticas de referência no contexto da descentralização educativa no Alentejo Central: um contributo de eficácia e organização.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas) – Universidade de Évora, Évora, 2023.
- CARDO, M. T. F. G. **O conselho municipal de educação na configuração da política educativa local.** 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão Escolar) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- CARDOSO, R. G. J. V. **Colaboração escola/autarquia na construção da comunidade educativa.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.
- CARMO, C. V. **Intervenção autárquica e educação escolar em Óbidos: projeto Fábrica da Criatividade.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação – Organização e Gestão da Educação e Formação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- CARVALHO, C. M. M. **O perfil do funcionário da autarquia no contexto da “dita” municipalização da educação.** 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2022.
- CARVALHO, M. I. G. **A (des)centralização e a intervenção dos municípios na educação: a perceção dos diversos atores educativos.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 2012.
- CASTANHEIRA, N. M. A. **Implementação das AEC: um estudo qualitativo em três municípios.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.
- CASTANHEIRA, O. S. R. P. **Indisciplina no 1º ciclo após a implementação das atividades de enriquecimento curricular: mito ou realidade?** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014.
- COELHO, S. F. S. **A administração local da educação no concelho de Palmela: a gestão das competências no campo educacional.** 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.
- CORDEIRO, A. L. B. **As freguesias e as políticas educativas locais: as necessidades e as obrigações.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar) – Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2013.
- COSTA, J. F. L. **A economia circular e as políticas de educação ambiental no Município de Ovar.** 2022. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Pública) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2022.

COSTA, J. N. **A planificação educativa dos municípios da área metropolitana do Porto segundo o conceito de cidade educadora**. 2007. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação) – Universidade Portucalense, Porto, 2007.

COSTA, S. T. S. **Educação e municipalidade: reciprocidades e ruturas: estudo de caso no concelho de Penacova**. 2013. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação – Planificação e Administração Escolar) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

COSTA, T. M. S. **Cidades educadoras, educação de adultos e competitividade dos territórios**. 2010. Dissertação (Mestrado em Planeamento do Território – Inovação e Políticas de Desenvolvimento) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

CRUZ, C. F. **Conselhos municipais de educação: política educativa e acção pública**. 2012. Tese (Doutoramento em Educação – Administração e Política Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

DANTAS, A. J. S. **A intervenção autárquica na motricidade infantil e na expressão e educação físico-motora: estudo descritivo dos municípios da sub-região Minho-Lima**. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança – Educação Física e Lazer) – Universidade do Minho, Braga, 2006.

DANTAS, M. A. S. F. **Cidade, município e educação: dinâmicas culturais e educativas no município de Ponte de Lima na perspetiva da cidade educadora**. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança – Associativismo e Animação Sociocultural) – Universidade do Minho, Braga, 2011.

DIAS, M. N. **Políticas educativas e dispositivos de territorialização: da escola aberta à comunidade à escola em parceria**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2003.

DUARTE, A. C. S. **A(s) VOZ(es) de uma desCENTRALIZAÇÃO Educativa**. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações Educativas) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2022.

DUQUE, A. R. V. **Autarquias e educação: relatório de estágio numa câmara municipal**. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

ESTEVES, T. R. S. **A descentralização da administração da educação: as autarquias locais enquanto promotoras do programa das atividades de enriquecimento curricular no 1º CEB**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

FAZENDEIRO, S. R. M. **A educação na freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Carnide**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

FELIZARDO, A. P. **A relação autarquia-escola: dinâmicas de partilha na gestão dos recursos humanos: um estudo de caso**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2017.

- FERREIRA, C. R. C. **Sustentabilidade financeira na descentralização da educação**. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Gestão Pública e Políticas Públicas) – Universidade do Minho, Braga, 2023.
- FERREIRA, D. C. S. **Ambientes educativos inovadores e perspectivas de aprendizagem para o futuro no desenvolvimento de competências para o século XXI: intervenção na Câmara Municipal de Penacova**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020.
- FERREIRA, F. I. **O estudo do local em educação: dinâmicas socioeducativas em Paredes de Coura**. 2003. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança) – Universidade do Minho, Braga, 2003.
- FERREIRA, J. M. F. P. **Reorganização da rede escolar do primeiro ciclo do ensino básico: as representações dos actores sociais envolvidos**. 2011. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança – Organização da Educação Básica) – Universidade do Minho, Braga, 2011.
- FERREIRA, M. F. C. G. **As atividades de enriquecimento curricular: a voz dos atores**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2017.
- FERREIRA, S. C. R. **Impacto da transferência de competências para os municípios: o caso do Município da Lousã**. 2024. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Gestão Pública) – Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, 2024.
- FERRO, J. **O planeamento educativo das autarquias: o caso de Oeiras**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Sociedade – Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.
- FIGUEIREDO, C. C. **Os impactos dos atrasos na descentralização de competências educacionais no contexto do desempenho escolar**. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade do Minho, Braga, 2024.
- FLÓRIDO, C. I. V. **Ação Social e as competências municipais no contexto do estado neoliberal: análise a partir da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, 2019.
- FRAZÃO, C. **As cidades educadoras e o desenvolvimento local: caminhar para a sustentabilidade: um estudo de caso no município de Leiria**. 2018. Tese (Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento) – Universidade Aberta, Lisboa, 2018.
- FREITAS, F. R. S. **A política municipal de educação como influenciadora e reguladora dos projetos educativos dos agrupamentos de Guimarães**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2021.
- FREITAS, M. A. R. **Municipalização da educação? O Programa APROXIMAR**. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Administração Educacional) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2015.
- GAIVOTO, L. A. T. **Adesão à transferência de competências na área da educação: o caso dos municípios de Viana do Castelo e de Esposende**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.
- GERALDES, M. C. **A localização na forma de Centro Cívico-Educativo: o caso da margem sul da cidade de Coimbra**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão da Formação e Administração

Educacional – Organizações Educativas e Gestão Escolar) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

GIL, C. P. C. **A autarquia de Óbidos e a escola**: que relação no âmbito das atividades de enriquecimento curricular? 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

GOMES, C. M. M. **A (des)centralização da educação**: paradigma do município regulador, cujo analisador é o programa das atividades de enriquecimento curricular. 2013. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

GOMES, L. M. M. N. G. **Município, educação e ação social escolar**: um contributo local para a democratização? 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2014.

GONÇALVES, A. C. F. T. **Projetos socioeducativos e trabalho em rede em concelhos do interior norte de Portugal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Animação Sociocultural) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2012.

GONÇALVES, C. S. O. **Contributos de um profissional de educação e formação em projetos de âmbito municipal**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação – Desenvolvimento Social e Cultural) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

GONÇALVES, D. F. **A divisão de juventude, educação e biblioteca da Câmara Municipal de Leiria**: perspetivas e potencialidades de intervenção no campo educativo. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação e Formação – Educação e Formação de Adultos) – Universidade do Algarve, Faro, 2017.

GONÇALVES, P. B. **Avaliação da acessibilidade no reordenamento da rede do 1º ciclo do ensino básico**: o caso da NUT III Alto Trás-os-Montes. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2009.

GONÇALVES, R. L. M. S. F. **Descentralização e desempenho escolar no 1º ciclo do ensino básico**: o caso dos municípios portugueses. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade do Minho, Braga, 2016.

GOUVEIA, J. C. S. **Intervenção do Município na Educação**: estudo realizado em 4 municípios da região Norte de Portugal. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Administração das Organizações Educativas) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2018.

GUEDES, M. G. B. **As políticas educativas municipais na Área Metropolitana de Lisboa**: o caso dos projetos sócio-educativos. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

GUERREIRO, C. I. M. **A descentralização em educação na governança local**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito – Administração Público-Privada) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

GUERREIRO, C. S. P. **A intervenção da autarquia na educação**: o papel da Câmara Municipal da Amadora na gestão dos refeitórios escolares. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

JOAQUIM, V. M. R. **Uma experiência na Divisão de Educação de uma Câmara Municipal** (agir e pensar para além da rotina). 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

LEAL, L. C. **Fábrica da criatividade de Óbidos**: estudo exploratório e perceções sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em Arte e Educação) – Universidade Aberta, Lisboa, 2013.

LOPES, A. F. M. **A intervenção autárquica na ação social escolar num agrupamento de escolas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

LOPES, A. F. S. **A intervenção das autarquias na educação**: o plano inovador de combate ao insucesso escolar de Palmela. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

LOPES, E. G. **A descentralização do ensino**: vontade do poder central ou exigência do poder local. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) – Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

LOPES, N. A. B. **Municipalização da educação em Portugal**: a perceção dos atores envolvidos. O caso do concelho de Sesimbra. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação – Administração Educacional e Regulação da Educação) – Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.

LOPES, P. M. D. S. **Cartas educativas**: participação e autonomia dos municípios na educação: estudo de caso. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade do Minho, Braga, 2011.

LOURO, L. M. A. **Monitorização e revisão da carta educativa de Ponte de Sor**: uma reflexão sociológica a partir da experiência. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia – Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Évora, Évora, 2018.

MAÇAIRA, A. P. B. T. **O poder local em educação**: a contratualização de competências entre a administração central e a administração local numa autarquia municipal da Terra Quente Transmontana. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2012.

MACHADO, F. M. R. S. **Processos de ação pública na construção de instrumentos de planeamento municipal em educação**: o caso do PEEM de Alvito. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia – Conhecimento, Educação e Sociedade) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2021.

MACHADO, R. I. S. **Reconfiguração da intervenção parental em educação**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MADAIL, C. M. C. F. **A componente de apoio à família na educação pré-escolar**: estudo de caso. 2007. Dissertação (Mestrado em Análise Social e Administração da Educação – Administração da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.

MARQUES, G. T. L. P. **Os conselhos municipais de educação**: lógicas e dinâmicas de ação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade do Minho, Braga, 2013.

- MARQUES, M. I. S. **As competências e ação municipal na gestão da rede local de educação e formação**: estudo de caso de um município piloto no processo de descentralização no âmbito do Programa Aproximar Educação. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade do Minho, Braga, 2017.
- MARQUES, M. J. S. **A revisão da Carta Educativa de Lisboa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo – Desenvolvimento Regional e Local) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- MARTINS, E. P. **Territorialização da educação em Oliveira de Azeméis**: a perspetiva dos atores locais. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2017.
- MARTINS, H. M. A. C. **Os municípios e a educação**: estudo das modalidades de gestão das AEC. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Análise Social e Administração da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2007.
- MARTINS, J. I. F. **O papel dos municípios na construção das políticas educativas**. 2007. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade do Porto, Porto, 2007.
- MATEUS, J. C. A. L. **O papel das autarquias na promoção da política local de educação na Região Autónoma dos Açores**: o caso do município de Angra do Heroísmo. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) – Universidade Aberta, Lisboa, 2019.
- MENDONÇA, A. M. F. **Da promoção de projetos e atividades de carácter educativo à definição de uma política educativa municipal**: o caso do município de Alenquer. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.
- MONTEIRO, A. F. M. **Gestão das atividades de enriquecimento curricular no Município de Almada**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- MOREIRA, A. J. T. **Municipalização da educação**: resistir e mudar. 2017. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação – Administração Escolar e Educacional) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2017.
- MOTA, D. A. **O conselho municipal de educação e a descentralização educativa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade da Madeira, Funchal, 2021.
- NOSSA, P. N. M. S. **Perspetiva(s) da(s) dinâmica(s) educativa(s) no concelho de Montemor-o-Velho** – estudo de caso. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021.
- NUNES, C. A. F. **A descentralização de competências** – áreas da educação e da saúde. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade do Minho, Braga, 2023.
- NUNES, C. D. B. **A regulação local da educação**: um estudo sobre a intervenção intermunicipal e municipal. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação – Organização e Gestão da Educação e da Formação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

NUNES, M. M. A. O. **A reconfiguração do papel do diretor e a municipalização da educação em Portugal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

OLIVEIRA, M. L. S. **O papel dos conselhos municipais de educação na política educativa local**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Escolar) – Universidade Aberta, Lisboa, 2009.

OLIVEIRA, T. R. P. **Educação e animação sociocultural nos sites dos municípios: um estudo multicaso no Norte de Portugal**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Animação Sociocultural) – Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2013.

PALMA, R. V. **Agrupamentos de escolas e autarquias locais: que relações? Perspectivas dos gestores escolares num concelho**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

PARENTE, R. S. **Transferência de competências na educação do poder central para o poder local: o caso do concelho de Arruda dos Vinhos**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação – Administração Educacional e Regulação da Educação) – Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa, Lisboa, 2024.

PARREIRA, C. I. N. **O poder local na promoção das atividades de carácter educativo e desportivo: o caso da ação do Município na Cidade de Bragança**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

PEDRO, M. I. R. **Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar: estudo de avaliação de impacto com crianças do 1.º CEB no concelho de Leiria**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021.

PEDROSA, L. M. M. **O papel dos conselhos municipais de educação na definição das políticas educativas locais: o caso do município da Marinha Grande**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Gestão, Avaliação e Supervisão Escolares) – Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2015.

PEPE, D. I. S. S. N. **Atividades de enriquecimento curricular: que contributo na construção e desenvolvimento de uma política educativa local? Estudo de caso numa autarquia da Área Metropolitana de Lisboa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

PEREIRA, A. F. M. **Municipalização da educação: (des)responsabilização do Estado ou (des)centralização da educação**. 2019. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2019.

PEREIRA, Á. J. S. **Escola a tempo inteiro: atividades de enriquecimento curricular – atividade física e desportiva. A sua implementação: estudo realizado nas escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho de Baião, Agrupamento de Escolas Eiriz**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ensino – Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2011.

PEREIRA, J. M. S. M. **Descentralização de competências na área da gestão curricular e pedagógica como estratégia de promoção do sucesso escolar: estudo de caso**. 2017.

Dissertação (Mestrado em Administração Escolar) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

PEREIRA, L. F. S. **Pessoal não docente**: a dicotomia na gestão do pessoal não docente entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

PEREIRA, M. E. C. **O papel do vereador na regulação da educação**: estudo exploratório sobre as suas representações na descentralização da educação. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação – Organização e Gestão da Educação e da Formação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2023.

PEREIRA, M. R. **Municípios e educação em Portugal**: um processo de “municipalização”? 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2010.

PEREIRA, P. M. S. M. **Dinâmicas de participação na construção da política educativa local em Odivelas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2009.

PINHO, L. F. F. **A descentralização de atribuições e competências para as autarquias locais em matéria de educação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Gestão Pública) – Universidade do Minho, Braga, 2012.

PINTO, M. J. F. L. A. **A transferência de competências para as autarquias e as políticas educativas municipais**: as representações dos atores locais num concelho do distrito de Setúbal. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2020.

PIRES, M. T. M. M. **Projeto educativo municipal**: da retórica às (perceções sobre as) práticas – um estudo de caso. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2016.

PONTE, C. C. N. F. **Perceções do diretor escolar sobre o processo de descentralização da educação em Portugal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021.

POUCA-FARINHA, H. M. P. **A descentralização de competências na área da educação**: percepção do Presidente da Autarquia e dos Diretores dos Agrupamentos de Escolas de um Município do Algarve. 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão e Administração Escolar) – Universidade do Algarve, Faro, 2023.

PRATA, A. R. A. **Descentralização e educação em Portugal**: os (novos) desafios das autarquias locais. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito Administrativo – Direito das Autarquias Locais) – Universidade do Minho, Braga, 2021.

PRATA, M. M. J. F. **Autarquias e educação**: lideranças emergentes na política educativa local: estudo de caso no concelho da Golegã. 2009. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança) – Universidade do Minho, Braga, 2009.

PRESA, A. C. V. A. A. **Pactos territoriais para a educação, formação e empregabilidade**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2018.

QUEIRÓS, C. F. **A organização das atividades de enriquecimento curricular**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

RAMALHETE, D. S. C. **Os municípios e a participação das crianças e dos jovens: uma experiência de estágio**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

RAMALHETE, S. C. S. **A construção do sistema educativo local e a intervenção da autarquia**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

RAMALHO, M. L. P. **Implementação da Escola a Tempo Inteiro e política educativa local: o caso de um município da Área Metropolitana de Lisboa**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2021.

RAMOS, I. S. **Pensar e desenvolver políticas e práticas educativas a partir do local: testemunho de um ano nos serviços de uma Câmara Municipal**. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

RAMOS, M. C. C. **Os processos de autonomia e descentralização à luz das teorias de regulação social: o caso das políticas públicas de educação em Portugal**. 2001. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2001.

REBELO, V. M. C. J. **Município, biblioteca pública e escola: parceria estratégica para o século XXI**. 2024. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2024.

REGO, C. D. C. **Políticas educativas locais, equidade e qualidade do sucesso educativo: o caso da EBI de Santa Maria em Beja**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas) – Universidade de Évora, Évora, 2022.

RIBEIRO, V. M. A. **Das possibilidades de educação na Lousã: pensar a cidade educadora e a organização em centros cívicos-educativos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

ROCHA, J. F. S. **Sustentabilidade ambiental e políticas educativas locais: do planeamento à implementação – o caso do Município de Vila Nova de Gaia**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Pública) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2019.

RODRIGUES, F. S. A. **O projeto educativo local do concelho da Golegã (1993–1999): estudo de caso**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Formação de Adultos) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, I. F. A. **Políticas e práticas da educação de infância: situação e propostas para um município educador**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

RODRIGUES, I. M. **A intervenção da autarquia na educação: o projeto Orquestras Escolares da Câmara Municipal de Sintra como política educacional local**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação – Organização e Gestão da Educação e da Formação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

RODRIGUES, N. T. A. **O impacto financeiro da descentralização na área da educação: o caso do Município de Vieira do Minho.** 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Gestão Pública e Políticas Públicas) – Universidade do Minho, Braga, 2022.

RODRIGUES, R. J. S. **Projeto socioeducativo de atividades de animação e apoio à família no ensino pré-escolar da cidade de Peniche.** 2022. Dissertação (Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social) – Instituto Politécnico de Leiria, Leiria, 2022.

ROQUE, C. F. N. **w.w.w.câmaramunicipal.pt/educação: um olhar à representatividade do sector da educação nos websites das câmaras municipais de Portugal Continental.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

ROSÁRIO, M. L. A. **O contributo das autarquias na educação: um estudo de caso.** 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

SÁ, P. V. S. D. **Programa BioEscola – adaptação e transformação em tempos de pandemia.** 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação de Ciência) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2022.

SANCHES, P. M. S. **A influência das políticas educativas dos governos de proximidade na qualificação da população.** 2012. Dissertação (Mestrado em Administração Pública – Administração da Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

SANTOS, A. I. R. **A intervenção educativa e formativa de uma Junta de Freguesia: o caso da Junta de Freguesia de Odivelas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

SANTOS, K. O. **Ação social escolar para crianças do 1º ciclo do ensino básico: o caso de um município do norte do país.** 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias) – Universidade do Minho, Braga, 2016.

SANTOS, L. F. M. M. **O projeto educativo local numa “cidade educadora”: dos princípios às práticas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

SANTOS, L. I. R. **Planificação e organização de recursos e práticas educativas para um desenvolvimento territorial sustentado: novos modelos de incidência municipal.** 2023. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação – Organização do Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023.

SANTOS, M. B. M. **Os processos de regulação educativa no Programa Alimentar: um estudo de caso na autarquia de Cascais.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SANTOS, M. C. A. M. **O processo de integração de um jardim de infância autárquico num agrupamento de escolas TEIP: imagens, rostos e identidades.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2014.

SANTOS, S. C. **Instrumentos de gestão da rede e política educativa: referencial de boas práticas.** 2017. Dissertação (Mestrado em Planeamento Regional e Urbano) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2017.

SANTOS, T. P. P. **O impacto dos mega-agrupamentos de escolas na gestão local da educação**: o caso do Município de Odivelas. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

SARAIVA, E. J. **A descentralização, os municípios, a educação** – o papel das autarquias na descentralização educativa: um estudo de caso. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2023.

SILVA, A. P. A. **A componente de apoio à família no pré-escolar da rede pública**. 2009. Dissertação (Mestrado em Supervisão e Coordenação da Educação) – Universidade Portucalense, Porto, 2009.

SILVA, A. P. C. **A escola a tempo inteiro em Portugal** – um olhar sobre as diferentes conceções na Madeira, Açores e Continente. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração e Políticas Educativas) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

SILVA, F. T. M. **A gestão do pessoal não docente no agrupamento de escolas**: assimetrias da regulação central e municipal. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

SILVA, I. M. **A transferência de competências de educação e o seu impacto na ação dos atores locais no Município de Macedo de Cavaleiros**. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

SILVA, I. M. S. R. **A autarquia como promotora da política educativa local**: o caso de um município. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração e Gestão Educacional) – Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

SILVA, J. L. A. **O assistente social no contexto escolar em territórios de baixa densidade**: uma abordagem crítica à intervenção no âmbito do combate ao insucesso escolar. 2021. Dissertação (Mestrado em Serviço Social – Serviço Social) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2021.

SILVA, S. P. B. **Educação e município**: a emergência de um plano estratégico. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

SIMÃO, C. M. F. R. **O projeto educativo municipal**: lógicas de participação e desenvolvimento locais. 2019. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2019.

SIMÕES, D. M. P. J. **Políticas educativas**: escola(rização) e desempenho escolar: actividades de enriquecimento curricular no 1.º CEB. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Psicologia da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

SIMÕES, G. R. G. **A descentralização de competências para os municípios no domínio da educação**: estudo de caso no Município da Covilhã. 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Público-Privada) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2024.

SIMÕES, L. F. R. **Reestruturação do Plano Educativo Municipal da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova** – projetando hoje, concretizando amanhã. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

SOARES, F. A. **Rede educativa: um desafio para a gestão pública nas comunidades intermunicipais – estudo de caso CIM Tâmega e Sousa.** 2023. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações – Gestão Pública) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2023.

SOBRAL, R. M. R. **A delegação de competências nos municípios: verdadeira descentralização?** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Financeiras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

SOUSA, B. F. P. **Caminhos de cidadania e espaços educativos: um estudo de caso sobre Lagoa, cidade educadora.** 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade do Algarve, Faro, 2021.

SOUSA, M. E. R. C. **A relação entre municípios e diretores de escola no quadro da distribuição de competências: modos de regulação locais e mecanismos de accountability.** 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos de Educação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2023.

SOUSA, M. F. S. S. F. **Projetos locais de educação: discursos e práticas: o caso do concelho de Montijo.** 2021. Dissertação (Mestrado em Supervisão Pedagógica) – Universidade Aberta, Lisboa, 2021.

SOUSA, M. T. J. **Jardins de infância da rede pública: entre a administração central e local.** 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Análise Social e Administração da Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2005.

SOUSA, R. M. A. **Alimentação, compras públicas e desenvolvimento sustentável: o caso das escolas.** 2019. Tese (Doutoramento em Sociologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019.

TAVARES, D. M. **Educação básica, poder local e reorganização da rede escolar: um caso.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Formação Pessoal e Social) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2009.

TEIXEIRA, J. M. M. F. **A política pública de reordenamento da rede escolar: perspectivas de atores em relação à intervenção autárquica em matéria relativa a agrupamentos de escolas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

TEIXEIRA, L. F. S. **Projetos educativos municipais: que lógicas de construção, implicação e desenvolvimento?** 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.

TORRES, S. M. S. **O Conselho Municipal de Educação e o seu papel nas relações entre o Município e os Agrupamentos de Escolas: um estudo de caso.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade do Minho, Braga, 2018.

TRIGUEIRÃO, M. I. S. **Cartografia educacional do concelho de Vendas Novas: dinâmicas educativas.** 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração, Regulação e Políticas Educativas) – Universidade de Évora, Évora, 2022.

TRISTÃO, E. F. F. R. **As políticas educativas municipais: estudo extensivo nos municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

VIEIRA, C. S. N. F. **Educação e património cultural**: roteiros para o ensino em Estarreja. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Formação Pessoal e Social) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2011.

VIEIRA, R. M. G. **O papel do projeto educativo local no desenvolvimento da cidade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação – Administração Educacional) – Universidade da Madeira, Funchal, 2021.

VIEIRA, T. D. J. N. **Projetos educativos locais**: o plano municipal de intervenção educativa do Município de Ílhavo. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão da Formação e Administração Educacional) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

Referências

ARAR, K.; YILMAZ, M.; KOSCHORECK, J. W. Mapping doctoral dissertations in an educational leadership programme: a longitudinal examination of knowledge construction in the last two decades. **Review of Education**, [s. l.], v. 12, n. 1, e34446, p. 1-25, abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.1002/rev3.3446>

AWULACHEW, M. T. Instruction for newbie scientists on how to prepare a scientific paper. **American Journal of Applied Scientific Research**, New York, v. 8, n. 1, p. 11-17, abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11648/j.ajasr.20220801.12>

BALL, S. J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of national curriculum policy: an overview of the issues. **Journal of Curriculum Studies**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 97-115, mar. 1992. DOI: <https://doi.org/10.1080/0022027920240201>

BARROSO, J. O local como referencial de políticas educativas: contextos e perspectivas. Educação, economia e território - o papel da educação no desenvolvimento. *In*: COLÓQUIO DA SECÇÃO PORTUGUESA DA AFIRSE, 21., 2014, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: EDUCA, 2014. p. 28-36.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Filadelfia, v. 3, n. 2, p. 77-101, jul. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

CARVALHO, L. M. **A construção de conhecimento sobre políticas públicas de educação em Portugal**: um estudo descritivo e interpretativo de teses de doutoramento realizadas na área científica da educação, em universidades portuguesas (2000-2012). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014.

CARVALHO, L. M. Estudos analíticos sobre políticas educativas: um ensaio a partir da investigação doutoral realizada em Portugal (2000-2012). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1023-1040, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015137223>

FLORES, I. Educação. *In*: SILVA, P. A. (coord.). **Relatório do Estado da Nação 2025**: a descentralização e a desconcentração das políticas públicas. Lisboa: IPPS-ISCITE, 2025. p. 100-107.

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J. A regulação da educação em Portugal: do Estado Novo à democracia. **Educação: Temas e Problemas**, Évora, n. 12 e 13, p. 27-40, 2013.

GARRÉ, B. H.; VIEIRA, A. G. DA S. Mobilizando ferramentas conceituais da análise do discurso em Michel Foucault. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v21n1.p25-38>

GONÇALVES, E.; SEBASTIÃO, J.; CAPUCHA, L. Transferência de competências educativas em Portugal: novas funções de velhos agentes. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 105, p. 99-120, jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.7458/spp202410531289>

GOODMAN, S. How to conduct a psychological discourse analysis. **Critical Approaches to Discourse Analysis Across Disciplines**, Groningen, v. 9, n. 2, p. 142-153, 2017.

MAGALHÃES, J. **Do Portugal das luzes ao Portugal democrático**: atlas-repertório dos municípios na educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2014.

MAGALHÃES, J. Municipalities and educational modernisation: a historical and geographical atlas of municipalities and education in Portugal. **Paedagogica Historica**, Groningen, v. 53, n. 5, p. 578-601, abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/00309230.2017.1297470>

MAGALHÃES, J. Municípios e história da educação. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 1, p. 9-20, jan/abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-2>

MAGALHÃES, J., ADÃO, Á. **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302006000100003>

MAINARDES, J. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 12, n. 16, p. 1-19, ago. 2018a. DOI: <https://doi.org/10.5380/jpe.v12i0.59217>

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018b. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59762>

MAINARDES, J. Ética e integridade na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais no Brasil: **Horizontes**, Itatiba, v. 43, e023207, p. 1-20, 2025. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v43i1.2138>

MAINARDES, J. Ethics in qualitative research reports. **New Trends in Qualitative Research**, Oliveira de Azeméis, v. 22, e1368, p. 1-14, 2026. DOI: <https://doi.org/10.36367/ntqr.22.1.2026.e1368>

MAINARDES, J.; FORGAS, R. C. Apresentação da secção temática: ética e integridade acadêmica e científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e24470, p. 1-15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v19.24470.118>

MAINARDES, J.; STREMEL, S. A política educacional na década 2010 a 2020: análise de publicações. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, e020175, p. 1-22, set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2015v1n1id1634>

MUTHANNA, A.; CHAABAN, Y.; QADHI, S. Um modelo da inter-relação entre ética em pesquisa e integridade em pesquisa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e23727, p. 1-16, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v19.23727.079>

NETO-MENDES, A. A “descentralização da educação”: entre “intermitências” históricas e a descontinuidade dos seus significados políticos na atualidade. *In*: BARRETO, R. R. (org.). **Descentralização democrática: 50 anos de políticas educativas**. Porto: 5 Livros, 2024. p. 23-41.

OLIVEIRA, I. As autarquias e a transformação da escola e da educação. *In*: PORTUGAL. Conselho Nacional de Educação. **Estado da Educação 2024**. Lisboa: Conselho Nacional de Educação, 2025. p. 166-175.

PINHAL, J. **Os municípios portugueses e a educação: treze anos de intervenções (1991-2003)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

PORTUGAL. Assembleia Constituinte. Constituição da República Portuguesa: aprovada em 2 de abril de 1976. **Diário da República**: I Série, n.º 86, 10 abr. 1976. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-aprovacao-constituicao/86-1976-502635>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio. Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos. **Diário da República**: Série I-A, n.º 102, 4 maio 1998. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/115-a-1998-155636>. 2025. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 159/1999, de 14 de setembro. Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. **Diário da República**: Série I-A, n.º 215, 14 set. 1999a. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/159-1999-570562>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 169/1999, de 18 de setembro. Estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias. **Diário da República**: Série I-A, n.º 219, 18 set. 1999b. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/169-1999-569886>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. Primeira alteração à Lei n.º 169/1999, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias. **Diário da República**: Série I-A, n.º 9, 11 jan. 2002. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/5-a-2002-570504>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais. **Diário da República**: Série I-A, n.º 12, 15 jan. 2003. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/7-2003-176533>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério das Atividades Económicas e do Trabalho. Portaria n.º 256/2005, de 16 de março. Aprova a atualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). Revoga a Portaria n.º 316/2001, de 2 de abril. **Diário da República**: Série I-B, n.º 53, 16 mar. 2005. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/256-2005-572672>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março. Aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, em

desenvolvimento do disposto nos artigos 13.º a 15.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto (estabelece as bases do financiamento do ensino superior). **Diário da República:** Série I-A, n.º 60, 24 mar. 2006. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-2006-671387>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. **Diário da República:** I Série, n.º 79, 22 abr. 2008a. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/75-2008-249866>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Ministério da Educação. Decreto-Lei n.º 144/2008, de 14 de setembro. Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, dando execução à autorização legislativa constante das alíneas a) a e) e h) do n.º 1 do artigo 22.º do Orçamento do Estado para 2008, aprovado pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro. **Diário da República:** I Série, n.º 144, 14 set. 2008b. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/144-2008-454796>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. **Diário da República:** I Série, n.º 176, 12 set. 2013. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/75-2013-500023>. Acesso em: 19 mar. 2026. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro. Estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio das funções sociais. **Diário da República:** I Série, n.º 30, 12 fev. 2015. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/30-2015-66487456>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Assembleia da República. Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. **Diário da República:** I Série, n.º 157, 16 ago. 2018. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/50-2018-116068877>. Acesso em: 19 mar. 2026.

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação. **Diário da República:** I Série, n.º 21, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/21-2019-118748848>. Acesso em: 19 mar. 2026.

RODRIGUES, C.; GOUVEIA, A. **Municipal intervention in education and local education policy in Portugal:** research dataset of PhD theses and master's dissertations. Versão 1.0. Zenodo, 2026. Dataset. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18965049>

SCHNECKENBERG, M.; AMAR, H. M.; GOROSTIAGA, J. M. A apropriação da teoria de Pierre Bourdieu nas pesquisas que tratam das políticas públicas educacionais no Brasil e na

Argentina (2015-2022). **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.19, e22809, p. 1-26, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.19.22809.012>

SILVA, P. N.; SANTOS, J. V. Da introdução ao resumo/abstract: o surgimento de um género híbrido nas atas da Associação Portuguesa de Linguística. **Estudos Linguísticos**, Lisboa, v. 10, p. 313-336, 2015.

TELES, F. **Descentralização e poder local em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>

THOMPSON, J. A guide to abductive thematic analysis. **The Qualitative Report**, [s. l.], v. 27, n. 5, p. 1410-1421, maio 2022. DOI: <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2022.5340>

Recebido em 08/11/2025

Versão corrigida recebida em 14/03/2025

Aceito em 15/03/2025

Publicado online em 24/03/2026